



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Ana Laura Pacheco Alves

**As contribuições do Programa Bolsa-Família nas trajetórias de vida e de escolarização
das crianças vítimas de violência**

Florianópolis

2020

Ana Laura Pacheco Alves

As contribuições do Programa Bolsa-Família nas trajetórias de vida e de escolarização das crianças vítimas de violência

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Linha de Pesquisa Educação e Infância, para obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Soraya Franzoni Conde.
Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Luciane Maria Schlindwein.

Florianópolis

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Alves, Ana Laura Pacheco Alves
AS CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NAS
TRAJETÓRIAS DE VIDA E DE ESCOLARIZAÇÃO DAS CRIANÇAS VÍTIMAS
DE VIOLÊNCIA. / Ana Laura Pacheco Alves Alves ;
orientador, Profª Drª Soraya Franzoni Conde Conde,
coorientador, Profª Drª Luciane Maria Schindwein
Schindwein, 2020.
83 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós
Graduação em Educação, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Educação. 2. Programa Bolsa-Família. 3. Crianças. 4.
Violência. 5. Educação. I. Conde, Profª Drª Soraya Franzoni
Conde. II. Schindwein, Profª Drª Luciane Maria
Schindwein. III. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Educação. IV. Título.

Ana Laura Pacheco Alves

As contribuições do Programa Bolsa-Família nas trajetórias de vida e de escolarização das crianças vítimas de violência

O presente trabalho de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.^a Dr.^a Soraya Franzoni Conde

Prof.^a Dr.^a Luciane Maria Schlindwein

Prof. Dr Adir Valdemar Garcia

Prof.^a Eneida Oto Shiroma

Prof.^a Dr.^a Vânia Maria Manfroi

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão, que foi julgado adequado para obtenção do título de mestra em Educação.

Prof. Dr. Amurabi Pereira de Oliveira
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação

Prof.^a Dr.^a Soraya Franzoni Conde – Orientadora

Florianópolis, 2020

Dedico este trabalho, primeiramente, a Deus, que me manteve forte neste processo, guiou meus passos e tornou a caminhada repleta de aprendizagens. Nas dificuldades, fez-se resistir, ensinando-me a amar e a agradecer pela minha trajetória pessoal e profissional.

À minha família, em especial aos meus pais, que sempre acreditaram em mim e deram asas aos meus sonhos.

Aos amigos do Creas, que sempre me apoiaram nos estudos e contribuíram grandiosamente com o processo da pesquisa.

Aos profissionais da rede socioassistencial do município, pelo compromisso e empenho nos atendimentos às crianças e às suas famílias, mesmo diante de tantas adversidades enfrentadas no cotidiano profissional.

Às famílias que acompanhei, pelo tanto que me ensinaram com suas histórias e trajetórias de vida.

Às mestras que subsidiaram o decurso do mestrado e sempre me encorajaram a ser melhor.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, primeiramente, a Deus, pela oportunidade de estudar e ter a chance de realizar grandes conquistas em minha vida, pois sei que todas as provisões advêm d'Ele.

Aos meus pais, Maristela e José Augusto, meus maiores incentivadores, que sempre deram asas aos meus sonhos. Instruíram-me a nunca permitir que alguém me dissesse que não posso fazer algo. Nem mesmo eles.

Às minhas irmãs, Maria Augusta e Mariana, pelo amor, carinho e compreensão nesta caminhada.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Soraya Franzoni Conde, pela dedicação, pelo estímulo e pela atenção durante as orientações e ao longo do desenvolvimento da pesquisa. A ela, minha eterna gratidão e admiração.

À minha coorientadora, Prof.^a Dr.^a Luciane Maria Schindwein, por acompanhar os procedimentos avaliativos da defesa da dissertação.

Às minhas colegas de linha Angélica, Débora, Juliana, Olívia e Patrícia, por quem fui abraçada nos momentos de aflição e angústia durante o período do mestrado. Agradeço-lhes o carinho e os momentos que compartilhamos, nos quais a sensibilidade e o afeto sempre estiveram presentes.

À equipe do Creas de Balneário Camboriú pelo carinho e o incentivo e por todas as lutas e resistências em prol dos coletivos. Não poderia deixar de agradecer, especificamente, à minha parceira de trabalho Edna, uma companheira de lutas, resistências e decisões, que tanto me ensinou e impulsionou.

Ao Conselho Tutelar de Balneário Camboriú, SC, pela atenção e a socialização dos dados estatísticos acerca da violência contra as crianças.

Aos admiráveis profissionais que participaram da pesquisa, que lutam pela garantia dos direitos dos usuários e, mesmo diante de tantos limites, encontram possibilidades de fazer acontecer.

À técnica da biblioteca do IBGE Sueni Santos, pela atenção e contribuição na busca dos dados gerais acerca da temática pesquisada.

Aos mestres do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSC, pelas contribuições oferecidas em suas disciplinas, principalmente a Prof.^a Dr.^a Rosalba Maria Cardoso Garcia, pelas indicações bibliográficas, a socialização do conhecimento e as reflexões proporcionadas. De igual modo, agradeço à Prof.^a Dr.^a Kátia Adair Agostinho, pela

sensibilidade, pela consideração e pelo compartilhamento de conhecimentos. A elas, meu eterno carinho.

Às colegas do grupo de estudos ‘Trabalho, Educação e Infância’ (Getei), que me auxiliaram no processo de ampliação do conhecimento e de reflexão sobre a temática estudada.

E, por fim, a todas as pessoas não enunciadas, mas que fizeram parte da minha formação, meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar as contribuições e os limites do Programa Bolsa-Família nas trajetórias de vida e de escolarização de crianças vítimas de violência atendidas na rede socioassistencial de Balneário Camboriú, SC. Partiu-se do materialismo histórico-dialético como método de compreensão da realidade, em suas múltiplas determinações passado-presente-futuro, percebendo-a na sua totalidade, e não de forma isolada ou individualizada. Para tal, foram utilizadas as pesquisas bibliográfica e documental e as entrevistas estruturadas com os profissionais da rede socioassistencial de Balneário Camboriú, SC. Os principais autores utilizados na fundamentação teórica foram: Karl Marx, Antônio Carlos Mazzeo, Francisco de Oliveira, Evguiéni Pachukanis, Potyara Pereira, Aldaiza Sposati, entre outros, refletindo-se sobre as seguintes categorias: violência, pobreza, desigualdade social e política social. A pesquisa revelou que o Bolsa-Família manifesta contradições e limites, mas também possibilidades. Contudo, os caminhos para o enfrentamento da violência e da pobreza encontram-se relacionados à superação da estrutura das relações sociais, e não às intervenções paliativas e focalizadas.

Palavras-chave: Programa Bolsa-Família. Crianças. Violência. Educação.

ABSTRACT

This work aims to analyze the contributions and limits of the Bolsa-Família Program in the life and schooling trajectories of children victims of violence attended in the social assistance of Balneário Camboriú/SC. We start from dialectical historical materialism as a method of understanding reality in its multiple past-present-future determinations and perceiving it in totality and in a way that is neither isolated nor individualized. To this end, bibliographic, documentary research and structured interviews with the professionals of social assistance in Balneário Camboriú/SC will be used. The main authors used in the theoretical foundation were: Karl Marx, Antônio Carlos Mazzeo, Francisco de Oliveira, Evguiéni Pachukanis, Potyara Pereira, Aldaiza Sposati, among others. And we reflect the following categories: violence, poverty, social inequality and social policy. The survey revealed that Bolsa-Família manifests contradictions, limits, but also possibilities. However, the ways to face violence and poverty of social relations and not, through palliative and focused interventions.

Keywords: Bolsa-Família Program. Children. Violence. Education.

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1 – Mapa de Balneário Camboriú, SC	51
Gráfico 1 – Número de estudantes regularmente matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental em Balneário Camboriú, SC – 2010, 2014 e 2018.....	52
Gráfico 2 – Índices de violência por tipo – Santa Catarina – 2019	54
Gráfico 3 – Porcentagem de famílias cadastradas no CadÚnico em Balneário Camboriú, SC, e beneficiárias do Bolsa-Família por cor e raça – 2019	57
Gráfico 4 – População residente no Município de Balneário Camboriú, SC, por cor/raça, segundo a situação do domicílio – 2010.....	57
Gráfico 5 – Número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa-Família em Balneário Camboriú, SC – 2004-2020.....	58

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Teses e dissertações selecionadas na BDTD.....	39
Quadro 2 – Levantamento de artigos nos periódicos da SciELO, na plataforma Capes e nos anais das Reuniões Anuais da ANPED.....	41
Tabela 1 – <i>Ranking</i> de denúncias de violência contra crianças e adolescentes nos Estados brasileiros por número de habitantes – 2019	53

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BC	Balneário Camboriú
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BNH	Banco Nacional de Habitação
CADÚnico	Cadastro Único
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CED	Centro de Ciências da Educação
CF/1988	Constituição Federal de 1988
Cras	Centro de Referência de Assistência Social
Creas	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
Funrural	Fundo de Assistência Rural
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
LBA	Legião Brasileira de Assistência
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INPS	Instituto Nacional da Previdência Social
Latec	Laboratório de Novas Tecnologias
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MG	Minas Gerais
OMS	Organização Mundial da Saúde
Paefi	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
Paif	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF	Programa Bolsa-Família
PGRM	Programa de Garantia de Renda Mínima
PI	Piauí
PIB	Produto Interno Bruto
PMAS	Política Municipal de Assistência Social
PMBC	Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú
PNAA	Programa Nacional de Acesso à Alimentação
PPGE	Programa de Pós Graduação em Educação
PUC	Pontifícia Universidade Católica

Rege	Revista de Gestão
RS	Rio Grande do Sul
Sagi	Secretaria de Avaliação e Monitoramento de Políticas, Programas, Projetos e Serviços do Ministério do Desenvolvimento Social.
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SP	São Paulo
Sinan	Sistema de Agravos de Notificações
Suas	Sistema Único de Assistência Social
Udesc	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UnB	Universidade de Brasília
Uninovafapi	Centro Universitário Uninovafapi
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	REVISÃO DA LITERATURA: OS PROCESSOS DE VIOLÊNCIA E A RESPOSTA DO ESTADO FRENTE À EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL ..	21
2.1	A PERSPECTIVA HISTÓRICA DA VIOLÊNCIA MACROSSOCIAL.....	21
2.2	A PARTICULARIDADE BRASILEIRA PERANTE O CAPITALISMO	25
2.3	A RESPOSTA DO ESTADO DIANTE DA QUESTÃO SOCIAL.....	27
2.3.1	A construção dos direitos sociais no Brasil	30
2.4	PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA COMO ALTERNATIVA DE COMBATE À POBREZA	33
3	BALANÇO DE PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE O PROGRAMA BOLSA- FAMÍLIA COMO ESTRATÉGIA DE COMBATE À VIOLÊNCIA	37
3.1	SELEÇÃO E COLETA DAS PRODUÇÕES.....	37
3.1.1	Teses e Dissertações	39
3.1.2	Artigos	40
3.2	CONSIDERAÇÕES SOBRE O LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA	42
4	OS DETERMINANTES DA PESQUISA DE CAMPO	49
4.1	OS CAMINHOS DA PESQUISA	49
4.2	CARACTERIZANDO O MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ, SC	50
4.2.1	Caracterizando o <i>locus</i> da pesquisa	54
4.3	PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ, SC.....	56
4.4	AS NARRATIVAS PROFISSIONAIS E AS REFLEXÕES DAS CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA NAS TRAJETÓRIAS DE VIDA DAS CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA ATENDIDAS NA REDE SOCIOASSISTENCIAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ, SC	59
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
	REFERÊNCIAS	74
	APÊNDICE A – Guia de perguntas	80
	APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	81
	APÊNDICE C – Consentimento Pós-Informado	83

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é produto de pesquisa sobre as contribuições do Programa Bolsa-Família (PBF) nas trajetórias de vida e de escolarização das crianças vítimas de violência em Balneário Camboriú, SC.

O PBF é um programa de transferência de renda condicionada cujo principal objetivo é combater a pobreza e a extrema pobreza no Brasil. Foi instituído em 2003, a partir da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004.¹ Desde 2003, mais de 14 milhões de famílias foram beneficiadas pelo Programa.

Na década de 1990, as políticas sociais de transferência de renda e combate à pobreza tornaram-se centrais nas agendas de vários países, especificamente na América Latina, devido ao contexto da crise estrutural do capitalismo e da Reforma do Estado, caracterizada pela adequação brasileira ao neoliberalismo, que é tipificado pela redução de gastos no âmbito social, o que implicou na “[...] regressão da esfera pública numa época de aumento das desigualdades sociais” (MARRACH, 1996, p. 54).

Em plena ascensão do neoliberalismo, implementou-se a Constituição Federal de 1988 (CF/1988), revestida de acepções paritárias e alusões à construção de uma sociedade justa e igualitária. Contudo, compreende-se que as legislações não se revelam em si, trazem apenas aparências de igualdade, demonstrando certo ‘fetichismo’ desarticulado da realidade. O Estado mantém a hegemonia do direito como instrumento legítimo para a garantia das necessidades sociais, da ordem e do bem-estar dos indivíduos, mas, contraditoriamente, atende aos interesses da classe dominante, que “[...] cria uma bruma ideológica” e esconde “[...] atrás do biombo do Estado seu domínio de classe” (PACHUKANIS, 2017, p. 143). O direito, no Estado capitalista, cumpre a função de manter a ordem pública e social, ao garantir, através das leis, a defesa da propriedade privada e o controle sobre a classe trabalhadora.

O PBF se constitui como parte da contradição entre capital e trabalho e expressa um “[...] processo dinâmico, resultante da relação conflituosa entre interesses contrários, predominantemente de classes” (PEREIRA, 2011, p. 86). De acordo com Pereira (2011, p. 104), a política social “[...] não promove nem emancipa quem se encontra em posição socialmente desigual. Pelo contrário, ela funciona como um meio para manter a desigualdade e perpetuar a dominação do Estado” e a estrutura de classes, uma vez que atua na distribuição da

¹ O Programa Bolsa-Família foi instituído no Governo Lula, pela Medida Provisória (MP) nº 132, de 20 de outubro de 2003 (BRASIL, 2003), posteriormente convertida na Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 (BRASIL, 2004a).

renda e na circulação da mercadoria, e não na base estrutural do sistema, que condiciona e submete o trabalhador à exploração.

Estudos mostram que a pobreza é crescente no Brasil, atingindo aproximadamente 26%² da população, dentre a qual 7%³ vivem abaixo da linha de pobreza. No Brasil, o retrato de desigualdade estrutural é fruto do processo de formação histórica e social do país. Porém, muito embora as saídas imediatistas possuam a capacidade de acalantar a população, “[...] elas não dão conta de enfrentar os desafios, de fatos sistêmicos e estruturais, que envolvem a cotidiana realidade da violência: desigualdade social, a formação educacional deficiente, a crise econômica, a recessão, a corrupção, o desemprego [...]” (SCHWARCZ, 2019, p. 160). As políticas e os programas sociais têm seus limites de crescimento determinados pelo capital, tendo em vista o interesse do sistema no crescimento econômico e no aumento das taxas de lucro.

Sabe-se que, por intermédio do PBF, a redistribuição de renda é uma medida governamental paliativa, compensatória e corretiva, pois, como ressalta Paulo Neto (2010, p. 29), programas desse tipo “[...] não se conjugam efetivamente com transformações estruturais (e esta é uma das condições políticas para que o tardo-capitalismo os suporte), eles acabam por cronificar-se como programas emergenciais e basicamente assistencialistas”, em razão de carências sociais que demandam respostas e enfrentamentos imediatos. Como agem na esfera da aparência através do acesso ao consumo, iludem os beneficiários sobre a própria condição social em que se encontram, impossibilitando uma crítica focada na luta pela transformação radical do sistema.

Mesmo assim, para os que recebem o recurso, o PBF é um instrumento central de manutenção das condições de sobrevivência e ocupa papel de destaque na atual política social do Brasil.

Por ser associado às condicionalidades no âmbito da saúde, da educação e da assistência social, difunde o propósito de investimento em capital humano, exige a obrigatoriedade de as crianças frequentarem a escola e garante a manutenção da força de trabalho. Por outro lado, as condicionalidades fazem com que milhares de crianças e adolescentes acessem os conhecimentos escolares por longos anos e possam ter um convívio social com pessoas da mesma idade oriundas de diferentes realidades.

² De acordo com a *Síntese de Indicadores Sociais*, em estudo que utilizou critérios do Banco Mundial, instituição para a qual pobres são todos aqueles com rendimentos diários abaixo de US\$ 5,5 ou R\$ 406 mensais, pela paridade de poder de compra. (IBGE, 2017).

³ De acordo com a proporção da população abaixo da linha de pobreza internacional (linha de US\$ 1,90/dia) (IBGE, 2017).

Contudo, a superação das contradições do sistema capitalista “[...] não é um processo que possa ocorrer espontaneamente” (OLIVEIRA, 2013, p. 118). A desigualdade social, fundada nas relações de classe, através da exploração no processo produtivo, manifesta-se de múltiplas maneiras nas trajetórias de vida das famílias, resultando na exclusão social, no desemprego, na pobreza e na violência.

Ao contrário da perspectiva comum, que a compreende como fenômeno individual e inato, a violência é fenômeno multidimensional e historicamente construído no interior das relações sociais.

Desvendar o fenômeno da violência perpassa pela apreensão da totalidade, que requer a compreensão das constantes transformações no decorrer do processo histórico, pelo qual as dinâmicas das relações sociais são formadas e modificadas. Como nos mostra Marx (2017, p. 786), “Na história real, como se sabe, o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência”.

A usurpação da terra comunal e a revolução agrícola surtiram grandes efeitos para o trabalhador. O desajuste causado pela reestruturação social levou a crescentes índices de mendicância, assalto, vagabundagem e, conseqüentemente, de pobreza e violência. Aqueles que não se adequavam à ordem emergente eram castigados por meio de penas previstas em legislações sanguinárias. Desse modo, os trabalhadores eram “[...] violentamente punidos, numa criminalização da pobreza legitimada pelo Estado” (COSTA, 2018, p. 18).

O processo de industrialização, as transformações políticas e econômicas, bem como as alterações dos meios de produção, resultaram na ampliação da capacidade do trabalho e da violência. A revolução dos processos técnicos de produção resultou no acirramento dos fenômenos da violência para além da esfera econômica, afetando a condição de vida e trabalho da classe operária, agravando o pauperismo, violando as condições mínimas de sobrevivência do trabalhador e levando à emergência de expressões de violência estrutural e da Questão Social.⁴

Fatores de ordem histórica contribuem para explicar os altos índices de violência no Brasil. “Um disseminado sistema escravocrata como o nosso só foi sustentado a partir da manutenção de uma verdadeira maquinaria repressora, administrada pelos próprios senhores de terra e contando com a conivência do Estado” (SCHWARCZ, 2019, p. 157).

⁴ Segundo Yamamoto (1998, p. 27), “A Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

Mas será que as políticas sociais de transferência de renda, especificamente o PBF, são uma estratégia capaz de gerar efeitos positivos no enfrentamento da violência contra as crianças? Qual a contribuição do Programa nas trajetórias de vida e de escolarização das crianças atendidas pela rede de Balneário Camboriú, SC, particularmente aquelas vítimas de violência?

A motivação para a pesquisa deu-se em decorrência da experiência profissional da pesquisadora no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) do Município de Balneário Camboriú, SC, no Serviço de Proteção e Atenção Especializada a Famílias e Indivíduos (Paefi), bem como das inquietações advindas do fenômeno da violência e da desigualdade social, que marcaram o desenvolvimento histórico da sociedade, apresentando-se como uma “[...] vasta fábrica das desigualdades e antagonismos que constituem a Questão Social”. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil vive hoje uma “epidemia de violência”, cujas raízes se encontram estreitamente vinculadas “[...] à nossa renhida desigualdade social” (*apud* SCHWARCZ, 2019, p. 158). De igual modo, a escolha da temática também foi motivada pela oportunidade de compor o projeto de aperfeiçoamento ‘Educação, pobreza e desigualdade social’ em colaboração com a Prof.^a Dr.^a Soraya Franzoni Conde, no qual foram compilados dados do PBF e articuladas as condicionalidades, especificamente as pertinentes à escolarização, às situações de violência e ao impacto do Programa na superação da situação de vulnerabilidade social.

A partir da problematização acima descrita, o objetivo geral foi definido nos seguintes termos:

- Compreender como o Programa Bolsa-Família contribui para as trajetórias de vida e de escolarização das crianças vítimas de violência em Balneário Camboriú, SC.

Quanto aos objetivos específicos, buscou-se:

- Analisar a violência sob a perspectiva macrossocial inserida no contexto social violento, regido pela ótica do lucro e da acumulação, que condena a classe trabalhadora a condições de miséria, fome e violência;
- Compreender o Programa Bolsa-Família em suas relações com o Estado, o Capital e o Trabalho e enquanto expressão da luta de classes;
- Analisar a produção acadêmica acerca do Programa Bolsa-Família e da violência;
- Analisar a contribuição do Programa Bolsa-Família nas trajetórias de vida e de escolarização das crianças vítimas de violência, a partir das narrativas dos profissionais da rede socioassistencial de Balneário Camboriú, SC.

O método de análise utilizado no desenvolvimento deste trabalho foi o materialismo histórico-dialético, o qual levou em consideração a “[...] importância da *prática social* como critério de verdade” (TRIVIÑOS, 2017, p. 51) e a apreensão da realidade tendo em vista a totalidade, a historicidade e as contradições existentes. Nesse viés, buscou-se compreender as crianças vítimas de violência a partir do contexto social em que estão inseridas, bem como analisar a totalidade, a historicidade conjuntural e a produção e reprodução da família a partir de tal cenário.

Para o cumprimento dos objetivos, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, pois “[...] possibilita um amplo alcance de informações [...]” e “[...] é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 40). Nesse sentido, procedeu-se à busca por materiais bibliográficos nas principais bases de dados acadêmicos do país, tais como os Grupos de Trabalho (GT) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o repositório da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e a Scientific Electronic Library Online (SciELO). Buscaram-se materiais que abordassem os seguintes descritores: ‘violência e criança’; ‘violência, criança e bolsa-família’; ‘violência e bolsa-família’; ‘violência, bolsa-família e escolarização’; e ‘bolsa-família, escolarização e trajetórias de vida’, com o objetivo de reunir a literatura existente sobre a temática, a fim de proporcionar maior significado, explicação e interpretação à pesquisa, haja vista a impossibilidade de “[...] interpretar, explicar e compreender a realidade sem um referencial teórico” (TRIVIÑOS, 2017, p. 104). Trata-se de articular a teoria com o “processo de vida real”, com vistas a superar as esferas aparentes da realidade empírica (MARX; ENGELS, 2007, p. 94).

Também foram utilizadas a pesquisa documental e a pesquisa de dados disponíveis sobre o Programa Bolsa-Família (PBF) na plataforma sistematizada pela equipe do Laboratório de Novas Tecnologias (Lantec), da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (Sagi), órgão do Ministério do Desenvolvimento Social, além de informações coletadas na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e no Cadastro Único (CadÚnico) do Município de Balneário Camboriú, SC, e da leitura de legislações, relatórios estatísticos, registros institucionais, dentre outros documentos referentes à temática abordada.

Segundo Shiroma, Campos e Garcia (2005, p. 439), a análise documental “[...] exige um olhar investigativo [...] para ler o que dizem, mas também para captar o que ‘não dizem’” os documentos. A pesquisa documental assemelha-se à pesquisa bibliográfica (GIL, 2008), entretanto ambas se distinguem essencialmente pela natureza das fontes, visto que a pesquisa

documental recorre a materiais que não receberam tratamento científico-analítico, exigindo uma contextualização histórica e política, tendo o documento como “objeto de interpretação” (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005, p. 439).

As análises bibliográficas e documentais foram realizadas a partir dos materiais coletados nas plataformas *online* supracitadas, nas quais se buscou selecionar os documentos e as produções dos últimos anos referentes à temática em tela, que foram aproximadas da realidade social da pesquisa através das leituras analíticas e interpretativas, visando ao contato com a obra em sua totalidade e à inter-relação entre as informações coletada e o problema proposto, estabelecendo-se, para tanto, um diálogo crítico, tal como proposto pelo método adotado nesta pesquisa (GIL, 2008). Além disto, foram realizadas entrevistas estruturadas com os técnicos da rede socioassistencial de Balneário Camboriú, SC, instrumentos estes “[...] que pressupõem perguntas previamente formuladas” (MINAYO, 1994, p. 58).

Os *loci* da pesquisa foram os equipamentos⁵ de assistência social, tais como o Centro de Referência de Assistência Social (Cras), o Creas e o CadÚnico. A escolha destes locais se deu em virtude da atuação direta no enfrentamento à violência contra as crianças e do constante contato que seus quadros técnicos estabelecem com a população beneficiária do PBF. Foram escolhidos cinco profissionais, dentre os quais dois técnicos do Cras, dois técnicos do Creas e um técnico do CadÚnico, que exercem as funções de assistentes sociais, psicólogos e pedagogos. A seleção destes profissionais foi motivada por sua participação em conselhos deliberativos e/ou consultivos relacionados à política de atuação e/ou em razão de seu tempo de atuação nos referidos órgãos. Atualmente, o município possui três Cras, dentre os quais se selecionou o Nação Cidadã, pois possui a maior área de cobertura territorial e, conseqüentemente, o maior número de beneficiários do PBF. Em relação ao Creas, optou-se por convidar os técnicos que atuam no Paefi, uma vez que esse serviço atende diretamente as crianças vítimas de violência e suas famílias. Já do CadÚnico, apenas um técnico foi selecionado, tendo-se em vista o número reduzido de profissionais no setor.

No que diz respeito à organização da pesquisa, o segundo capítulo foi dedicado à revisão da literatura, com a qual se explicitaram os processos de violência macrossocial dentro da perspectiva histórica e a resposta do Estado diante da Questão Social, além de apresentar o PBF e suas contradições no combate à pobreza.

⁵ Os equipamentos da assistência social são as unidades nas quais os serviços socioassistenciais, programas e projetos são realizados. Essas unidades podem ser públicas ou entidades de assistência social. (EQUIPAMENTOS, 2016).

O terceiro capítulo traz o balanço bibliográfico, realizado com objetivo de verificar como a temática é abordada pelas pesquisas desenvolvidas no Brasil.

Já o quarto e último capítulo aborda os caminhos da pesquisa, a caracterização de Balneário Camboriú e do *locus* da pesquisa, localiza o PBF no município, discorrendo, a partir das entrevistas, sobre os resultados e as possíveis relações entre transferência de renda e enfrentamento à violência, assim como analisa as contribuições do PBF nas trajetórias de vida e de escolarização das crianças vítimas de violência.

2 REVISÃO DA LITERATURA: OS PROCESSOS DE VIOLÊNCIA E A RESPOSTA DO ESTADO FRENTE À EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

No presente capítulo, apresentam-se a construção histórico-teórica, os fundamentos e a origem do processo de violência subjacente à relação entre capital e trabalho. Descreve-se também a constituição das políticas sociais como respostas do Estado às problemáticas sociais e como meios de apassivação dos conflitos e mobilizações instaurados pelo desenvolvimento do capitalismo.

2.1 A PERSPECTIVA HISTÓRICA DA VIOLÊNCIA MACROSSOCIAL

A violência configura-se como um fenômeno multidimensional e historicamente construído no interior das relações sociais. Desvendar este fenômeno perpassa pela apreensão da totalidade, necessária à compreensão das constantes transformações no decorrer do processo histórico, pelo qual as dinâmicas das relações sociais são formadas e modificadas. Federici (2017, p. 121) destaca que “[...] a violência foi a principal alavanca, o principal poder econômico no processo de acumulação primitiva”, por meio dos bens roubados e da exploração dos trabalhadores.

A passagem do modo de produção feudalista para o modo de produção capitalista, denominada por Marx de acumulação primitiva, “[...] prévia à acumulação capitalista, [trata-se de] uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida” (MARX, 2017, p. 785) e tem suas marcas históricas na expropriação, na exploração, no pauperismo e no acirramento da luta de classes.

Conforme frisado por Marx (2017, p. 786), “A estrutura econômica da sociedade capitalista surgiu da estrutura econômica da sociedade feudal. A dissolução desta última liberou os elementos daquela”, desde meados do século XV. Dessa forma, depreende-se que a sociedade capitalista surgiu no bojo da sociedade feudal e, a partir do seu desenvolvimento, superou a velha estrutura. A apropriação privada das terras comunais estabeleceu uma nova configuração para o trabalho, pautada no trabalho assalariado, de acordo com as análises de Marx (2017, p. 787):

O movimento histórico que transforma os produtores em trabalhadores assalariados aparece, por um lado, como a libertação desses trabalhadores da servidão e da coação corporativa, e esse é o único aspecto que existe para nossos historiadores burgueses. Por outro lado, no entanto, esses recém-libertados só se convertem em vendedores de si mesmos depois de lhes terem

sido roubados todos os seus meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais ofereciam. (MARX, 2017, p. 787).

A ‘libertação’ dos camponeses das terras comunais não caracterizou o fim de sua exploração, mas o início de uma nova forma de exploração. Detentora dos monopólios, a burguesia oferece o meio de subsistência ao trabalhador em troca de um ‘equivalente’, o trabalho, exprimindo uma liberdade ‘fetichizada’ e dando a “[...] aparência de agir segundo sua própria vontade, de estabelecer livremente com ela um contrato, sem constrangimentos, como se o proletário fosse o autor de seu próprio destino” (ENGELS, 2010, p. 118). Mas, como enfatiza Engels (2010, p. 18), “[...] bela liberdade, que deixa o proletariado, como alternativa à aceitação das condições impostas pela burguesia, chance de morrer de fome, de frio, de deitar-se nu e dormir como animal selvagem”.

No decorrer do século XVI, ocorreram novas expropriações violentas das massas populares, em consequência da Reforma Cristã Protestante. Expulsos violentamente de suas terras, os camponeses foram obrigados a encontrar outros locais para coabitar, em condições de extrema pauperização.

O desajuste causado pela reestruturação social, como já ressaltado, levou a crescentes índices de mendicância, assaltos, vagabundagem e, conseqüentemente, de pobreza e violência. Os trabalhadores eram “[...] violentamente punidos, numa criminalização da pobreza legitimada pelo Estado” (COSTA, 2018, p. 18). Costa (2018, p. 20) ressalta que

O açoite, o ferro em brasa e a tortura constituíram os grandes símbolos da violência econômica engendrada para expropriar os homens de seus meios de produção. A violência tornou-se um meio potencializador da disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado, tendo uma finalidade econômica, que presente na relação capital-trabalho, gerava condições materiais para atender às necessidades de reprodução do capital.

A história evidencia que a violência foi um instrumento de “enquadramento dos sujeitos à ordem emergente” (COSTA, 2018, p. 19) por meio do controle sobre a força de trabalho. A violência serviu como forma de expulsar os trabalhadores de suas propriedades e de discipliná-los para a aceitação do novo regime de exploração no trabalho emergente.

O desenvolvimento das forças produtivas viabilizou novos modos de produção e organização das classes, conduzindo ao surgimento do excedente de produção e da exploração do homem pelo homem, assim como a exploração – chave da lucratividade para o excedente econômico – suscitou a subjugação dos trabalhadores. A estrutura econômica da sociedade capitalista se manifesta no “[...] esforço implacável de se apropriar de novas fontes de riqueza,

expandir sua base econômica e colocar novos trabalhadores sob seu comando” (FEDERICI, 2017, p. 116). O roubo, a exploração, a opressão e a violência foram os pilares do processo de acumulação, e “[...] a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (MARX, 2017, p. 787).

Em meados do século XVI, como consequência da nova ordem social, houve um aumento do processo de migração de trabalhadores que não se ajustaram à nova ordem, o que contribuiu para o acirramento da Questão Social, haja vista o aumento do número de miseráveis que perambulavam pelas ruas.

Diante disso, criou-se uma “legislação sanguinária contra a vagabundagem” (MARX, 2017, p. 980), que usava de violência contra essa população. Conforme destacado por Marx (2017 p. 980),

[...] açoitamento e encarceramento para os vagabundos mais vigorosos. Estes devem ser amarrados a um carro e açoitados até sangrarem; em seguida, devem prestar juramento de retornarem à sua terra natal ou ao lugar onde tenham residido durante os últimos três anos e de “se porem a trabalhar” (*top ut himself to labour*). [...] Em caso de uma segunda prisão por vagabundagem, o indivíduo deverá ser novamente açoitado e ter a metade da orelha cortada; na terceira reincidência, porém, o réu deve ser executado como grave criminoso e inimigo da comunidade.

Como é possível perceber, a violência foi a parteira da sociedade capitalista. Pois somente por meio dela foi possível submeter os antigos camponeses e transformá-los em trabalhadores.

O sistema fabril e a produção mecanizada trouxeram outras “[...] formas de expressão da violência com efeitos imediatos sobre o trabalho, como a apropriação da força de trabalho feminina e infantil” (COSTA, 2018, p. 26). A maquinaria, em consonância às necessidades do capital, aumentou o grau de exploração, lançando no mercado de trabalho “todos os membros da família do trabalhador” (MARX, 2017, p. 468) na busca pela subsistência familiar, fornecendo ao “capital não só o trabalho, mas o mais-trabalho” (MARX, 2017, p. 468). O nível de violência da vida emergente pode ser mensurado pelas altas taxas de mortalidade infantil da época:

As altas taxas de mortalidade se devem preferencialmente à ocupação extradomiciliar das mães, que acarreta o descuido e os maus-tratos infligidos às crianças, aí incluindo, entre outras coisas, uma alimentação inadequada ou a falta dela, a administração de opiatos etc., além do inatural estranhamento da mãe em relação a seus filhos, que resulta em sua esfomeação e envenenamento intencionais. (MARX, 2017, p. 471).

A violência também se apresentava no trabalho infantil, na exposição das crianças a condições degradantes, de açoitamento, torturas e fome, assim como no alto grau de exploração a que eram submetidos os filhos menores dos operários, “[...] vitimados por uma violência explícita que promove a deformidade em seus corpos pelo excesso de trabalho” (COSTA, 2018, p. 27), além das coações ao suicídio. “A partir de agora, não apenas o trabalhador estará submetido aos domínios do capital, mas toda a sua família” (COSTA, 2018, p. 27).

A introdução da máquina no processo produtivo possibilitou a produção generalizada de mercadorias e a crescente acumulação privada da riqueza. Sendo assim, o trabalho humano é menos demandado, já que a máquina opera uma quantidade maior e mais veloz de trabalho do que o próprio trabalhador, barateando a mercadoria e aumentando a lucratividade. A maquinaria “é meio para a produção de mais-valor” (MARX, 2017, p. 445).

A partir disso, verificam-se alterações na organização produtiva e suas consequências para a classe operária. A máquina “[...] como meio de trabalho logo se converte num concorrente do próprio trabalhador” (MARX, 2017, p. 502) e extingue, juntamente com o valor de uso, o valor de troca da força de trabalho (MARX, 2017). A maquinaria transforma uma parcela da classe trabalhadora em população supérflua, reduzindo o preço da força de trabalho. E “[...] onde a máquina se apodera pouco a pouco de um setor de produção se produz uma miséria crônica nas camadas operárias que concorrem com ela” (MARX, 2017, p. 503).

O desemprego e os reduzidos salários, assim como outros aspectos presentes na dinâmica capitalista, resultam na pauperização da classe proletarizada, tornando “[...] a população supérflua produto da concorrência entre os trabalhadores, que obriga cada trabalhador a laborar cotidianamente até o limite de suas forças” (ENGELS, 2010, p. 122), sujeitando-se a condições desumanas, exaustivas, miseráveis.

O resultado do processo de concorrência entre a classe trabalhadora se configura como uma manifestação de violência própria da dinâmica capitalista, pois tem como efeito a degradação das condições de vida do operariado. A concorrência apresenta-se como uma arma da burguesia contra os trabalhadores, em razão de estes possuírem apenas a força de trabalho para garantir a manutenção da sua subsistência, além do que, reforça o processo de submissão diante da exploração do trabalho, tendo em vista que a concentração e a centralização do capital geraram um exército industrial de reserva, acirrando essa submissão, caracterizada como um mecanismo que ajusta os trabalhadores aos processos de produção e acumulação (ENGELS, 2010).

A Questão Social é indissociável da sociabilidade capitalista, e, na sociedade burguesa, sua origem advém da apropriação privada da própria atividade humana, resultando num conjunto de desigualdades e lutas sociais produzidas e reproduzidas no movimento antagônico das relações sociais que alcançou a plenitude de suas expressões em tempos de capital fetiche (IAMAMOTO, 2010).

Como o capitalismo não se desenvolve da mesma forma em todos os países, mesmo tomando uma forma universal de produção, faz-se necessário analisar cada contexto histórico. A constituição do capitalismo brasileiro deu-se dentro de sua formação histórica e social particular, revestindo de formas ‘atípicas’ ou ‘não classistas’ o seu processo de desenvolvimento.

2.2 A PARTICULARIDADE BRASILEIRA PERANTE O CAPITALISMO

O Brasil Colônia nasceu como uma particularidade do sistema capitalista e como uma nova forma de organização social a partir do processo de colonização e, conseqüentemente, da expansão mercantil, tendo como base a particularidade escravista e latifundiária perpetrada por séculos (MAZZEO, 2015).

A colonização brasileira aparece como um acontecimento ‘natural’ da chegada e do povoamento dos portugueses no país. Enraizada de vieses exploratórios, a colonização suprimiu as peculiaridades do povo antecedente, reduzindo-o “[...] à mais simples expressão, pouco senão nada mais que irracional: ‘instrumento vivo de trabalho’” (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 289). O período colonial “[...] foi, na verdade, invasão de um território densamente povoado[...]” por meio do emprego de processos violentos, “[...] sob a direção e açoite do feitor”, que dizimou, expulsou e matou os indígenas (SCHWARCZ, 2019, p. 162).

Em meados do século XV, inserida na lógica de acumulação primitiva do capital através da expansão mercantilista de Portugal, estruturalmente subsumido ao mercado capitalista europeu, a formação social brasileira voltou-se à satisfação de necessidades externas ao país, atendendo, desde a sua constituição, aos interesses de grupos internacionais. Para atender às necessidades dos centros de produção no continente europeu, não havia “[...] alternativa senão implantar no Brasil o trabalho escravo [...]” (MAZZEO, 2015, p. 76), criando um povoamento “[...] capaz de abastecer e manter as feitorias [...] que interessassem ao seu comércio” (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 21), com vistas à produção ampliada de mercadorias para os centros europeus.

Esse processo é clarificado pela seguinte passagem:

Só se enxergava uma perspectiva: a remuneração farta do capital que a Europa aqui empataria. A terra era inexplorada, e seus recursos, acumulados durante séculos, jaziam à flor do solo. O trabalho para tirá-los de lá não pedia grandes planos nem impunha problemas complexos: bastava o mais simples esforço material. É o que se exigiu de negro e de índio que se incumbiriam da tarefa. (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 290)

Assim, a formação social colonial se apresenta, “[...] já em sua gênese, como capitalismo-particulares, desiguais e combinados, que se articulam com polos econômicos dominantes da Europa, integrantes, então, do vasto processo de acumulação mundial do capital” (MAZZEO, 2015, p. 73).

A constituição do capitalismo, na particularidade brasileira, também foi muito marcada pela violência e a repressão. Como consequências da ‘via colonial’, o processo tardio, a escravidão e a superexploração da classe trabalhadora impuseram agravamentos à Questão Social. Em suma, compreende-se que não há colonialismo sem exploração e opressão, caracterizadas por relações altamente expropriativas, mantidas sob coerção violenta.

Nesse sentido, de acordo com Mazzeo (2015), a relação colonial surgiu como condição impeditiva ao Brasil, violentamente obstado de constituir-se a partir da sua própria identidade e de seu povo, tendo sua estrutura cultural desagregada. Foram negadas ao povo a sua própria história, “[...] a prática de seus costumes e a riqueza de suas cosmologias” (SCHWARCZ, 2019, p. 163). A análise da realidade brasileira propicia um retrato de desigualdades estruturais, fruto de seu processo de formação histórica e social, no qual o passado constituiu os fundamentos da nacionalidade (PRADO JÚNIOR, 2011).

A partir dessa contextualização, percebe-se que os contextos de violência permanecem na atualidade, pois, se “[...] a história não dá conta de responder pelos dados do presente, denuncia, porém, padrões de continuidade” (SCHWARCZ, 2019, p. 157). A constituição histórica do sistema capitalista demonstra que a violência, método disciplinar para a aceitação do estado de coisas vigente, foi parteira e educadora da nova sociedade.

As legislações sociais pré-capitalistas, de caráter punitivo, restritivo e de reafirmação do trabalho forçado, não impediram a classe trabalhadora de reivindicar seus direitos, através das lutas em torno da jornada de trabalho e do real valor de sua força de trabalho. Com a finalidade de manter a ordem social e conter a vagabundagem, na década de 1920, foram criadas as primeiras iniciativas filantrópicas com características assistenciais e, posteriormente, os programas de transferência de renda. Contudo, evidencia-se que as questões que “[...] assolam os brasileiros são bem mais complexas e estão ligadas à nossa renhida desigualdade social” (SCHWARCZ, 2019, p. 158).

2.3 A RESPOSTA DO ESTADO DIANTE DA QUESTÃO SOCIAL

O desenvolvimento do capitalismo e o acelerado processo de industrialização acirraram a luta de classe e marcaram as primeiras iniciativas de políticas sociais em âmbito internacional. Essas políticas surgiram como respostas e formas de enfrentamento às expressões da Questão Social, agravadas pela expansão do sistema capitalista e pautadas nas manifestações concretas da acumulação e subsunção do trabalho ao capital, revestidas de desigualdade social e crescimento relativo da pauperização. Ressalta-se que a Questão Social não era vista em sua totalidade, ou seja, como um problema social resultante do modo de produção capitalista, mas sim de maneira individualizada, por meio da lógica de culpabilização dos sujeitos.

Os fortes conflitos nas áreas econômica, política, social e, conseqüentemente, a mobilização dos trabalhadores perante a exploração, através de greves e manifestações, demandaram da burguesia estratégias de preservação da ordem social e o enfrentamento das pressões dos trabalhadores. Assim, foram criadas algumas legislações fabris pontuais e iniciadas as repressões violentas por parte do Estado.

A primeira Lei dos Pobres surgiu em 1601, quando o parlamento inglês instituiu um conjunto de regulações sociais objetivando a prestação de serviços assistencialistas por parte do Estado, tendo em vista a inoperância da caridade cristã ante a Questão Social, além do exercício do controle hegemônico perante a população. A legislação classificava os pobres como ‘capazes’ e ‘incapazes’ para o trabalho e punia os capazes de trabalhar, mas que não se submetiam às novas condições. Considerados vagabundos, eram açoitados e tinham suas orelhas cortadas, para ficarem estigmatizados como sujeitos avessos ao trabalho.

O alastramento da pobreza e da fome requereu novas modalidades de política social por parte do Estado. Em 1795, surgiram os subsídios como complementação dos salários, iniciativa denominada de Sistema *Speenhamland*, ou ‘sistema de abono’, referenciado no preço do pão e no tamanho das famílias, por meio do qual os pobres teriam direito ao salário de subsistência quando necessário. Contudo, este sistema contribuiu para o aumento da exploração do trabalho, pois os empregadores reduziam deliberadamente os salários dos trabalhadores e deixavam ao Estado o dever de complementá-los.

Em 1834, na Inglaterra, no auge do liberalismo, uma nova legislação estabeleceu a internação dos pobres em *Poor-houses* (Casas de Pobres), em *Alms-houses* (asilos ou

hospícios) ou em *Workhouses* (Casas de Trabalhos), onde executavam trabalhos diversos para o Estado e a Igreja. “Nessas casas a mortalidade era enorme. Lá recolhiam-se os incapazes de trabalhar, velhos, crianças, mulheres, que eram obrigados a aprender um ofício” (FALEIROS, 1997, p. 12). Eram verdadeiras casas de tortura, nas quais, por meios violentos, aprendia-se a ser trabalhador. Não foi à toa o aparecimento de frases apologetas ao trabalho, tal qual as usadas pelo nazismo para disfarçar a exploração de milhares de judeus e minorias étnicas, vítimas do holocausto: ‘O trabalho liberta!’, ‘Deus ajuda quem cedo madruga’, ‘O trabalho dignifica o homem’. Presentes até a atualidade, tais apologias são a base de uma ideologia que ensinou o trabalhador a aceitar o que lhe oprime, violenta e explora, desconsiderando os ganhos reais da burguesia emergente.

O Estado liberal atuava mais na perspectiva da repressão do que na de ajuda. As medidas do Estado para amenizar a Questão Social davam-se por meio do trabalho disciplinador, de índole punitiva e violenta. Assim, legislações sociais foram editadas na perspectiva de apaziguar e conter os problemas sociais, por receio de que as massas empobrecidas se rebelassem, e não para proteger integralmente a população.

As condições desfavoráveis e a falta de controle do Estado diante do aumento da pobreza levaram à dissolução do Sistema *Speenhamland* e à reformulação da *Poor Law* em 1834, pressionada pelo liberalismo econômico, que despontou como uma solução encontrada pela classe dominante para conter as revoltas populares, bem como as problemáticas relacionadas à mão de obra (PEREIRA, 2011).

O primeiro ataque liberal contra as políticas sociais de viés público veio sob a influência de Malthus, através do controle da natalidade e da pregação moral. Havia uma condenação a qualquer ajuda direcionada ao pobre, por razões morais e econômicas: “[...] se o pobre recebesse dinheiro sem esforços, ele deixaria de trabalhar; e ao assim proceder, continuaria pobre, impingindo à sociedade déficit de produção” (PEREIRA, 2011, p. 72). Esse fato afetaria toda a sociedade, através do aumento dos preços. Logo, os pobres viram-se desamparados e a serviço das classes dominantes; sob os princípios da autoajuda (*self-help*), as elites visavam tornar o trabalhador protagonista do seu próprio destino e cada um culpado pela própria situação em que vivia.

Com a grande crise de 1930, surgiram críticas e pressões dos movimentos sociais contra o pauperismo das massas, “fruto não mais da escassez de recursos, mas de uma crescente riqueza acumulada [...]” (PEREIRA, 2011, p. 81), que aumentavam de forma alarmante, assim como as reivindicações por direitos sociais. Diante desse cenário, visando à contenção das massas, os liberais passaram a defender reforma sociais. Ressalta-se que a “[...]”

a política social desse período constituiu um fator de preparação de recursos humanos para fazer face às demandas da sociedade industrial altamente competitiva” (PEREIRA, 2011, p. 86).

No fim do século XIX, institucionalizou-se o *Welfare State* (Estado de Bem-Estar Social), uma organização política e econômica na qual as políticas sociais passaram a ser efetivamente promovidas pelo Estado, tornando-o o principal regulamentador de toda a vida social, sob a ascensão da noção de direitos sociais, vinculados à condição de cidadania (Marshall), a fim de superar os efeitos da Segunda Guerra Mundial e a primeira grande crise do capital.

Embora numerosos estudos apontem a política social como um fenômeno correspondente ao *Welfare State*, Pereira (2011, p. 27) reconhece que suas bases são anteriores:

Em se tratando da política social, como resto de toda e qualquer política, a história tem mostrado que, em qualquer tempo e contexto sócio-cultural [*sic*], a política social tem procurado satisfazer necessidades sociais, mas sem deixar de atender “objetivos egocêntricos, como o controle social e político, a doutrinação, a legitimação e o prestígio” (Casado, 1998: 4) das elites no poder. É esta característica da política social – herdada não propriamente da ordem burguesa, mas de todos os modos de produção divididos em classe (escravista, feudal, capitalista) – que faz dela, conforme Mishra, um fato ao mesmo tempo longo e contemporâneo, além de simultaneamente positivo e negativo, diferenciando-a do *Welfare State*.

O *Welfare State* e a política social estiveram ligados em um determinado período histórico, mas o Estado de Bem-Estar Social apresenta uma conotação histórica e normativa específica, que perpassa o fundamento e a dinâmica do capitalismo. Já a política social possui um caráter genérico, estando presente em toda ação que envolva a intervenção estatal, juntamente dos diversos agentes interessados no atendimento de demandas, fato confirmado pelo desmonte do *Welfare State* em meados do século XX e a reestruturação contínua das políticas sociais ao longo da história.

O *Welfare State* pautou-se no estabelecimento das políticas keynesianas de pleno emprego e no modelo fordista de crescimento econômico, através da instituição de políticas sociais, objetivando a criação de demandas, a ampliação do mercado de consumo e o acordo entre a esquerda e a direita, entre capital e trabalho. Os consensos realizados no pós-guerra permitiram a aprovação de legislações sociais e, conseqüentemente, a expansão do Estado de Bem-Estar Social. Foram estabelecidas políticas mais universalizantes, fundamentadas na cidadania, de responsabilidade estatal, “[...] com o aumento de recursos para expansão de

benefícios sociais, de consenso político em favor da economia mista e de um amplo sistema de bem-estar e de comprometimento estatal com crescimento econômico e pleno emprego” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 92).

O pacto fordista-keynesiano foi uma tentativa de combater a crise do capital que se caracterizou como solução democrática do capitalismo, pois incorporou as demandas trabalhistas e aumentou a produção e o consumo através do estabelecimento da relação combinatória entre Estado, capital e trabalho. Este pacto ofertou bem-estar social e preservou a reprodução do capital, sem afetar a propriedade privada dos meios de produção.

Porém, final dos anos 1960, o capitalismo ‘regulado’ começou a estafar; e juntamente com ele, a capacidade do Estado de exercer suas funções mediadoras e intervencionistas. A queda das taxas de lucros, os crescentes números de desempregados e a inflação acelerada intensificaram a situação de crise.

Os sinais de uma grave crise de acumulação eram em toda parte aparentes. O desemprego e a inflação se ampliavam em toda parte, desencadeando uma fase global de “estagflação” que duraria por boa parte dos anos 1970. Surgiram crises fiscais de vários Estados [...] enquanto as receitas de impostos caíam acentuadamente e os gastos sociais disparavam. As políticas keynesianas já não funcionavam. (HARVEY, 2011, p. 22).

No início da década de 1970, com o declínio do modelo keynesiano, o neoliberalismo ganhou espaço para se consolidar como alternativa de controle da inflação e de aumento da taxa de crescimento, reduzindo a intervenção estatal em favor da atuação do mercado na economia. Assim, pouco a pouco, a política social foi ganhando novas configurações.

Atualmente, diante do quadro pandêmico, o neoliberalismo tem se mostrado impotente. No decorrer dos anos, o sistema vem valorizando a maximização do mercado e dos lucros em detrimento do público. A crise sanitária tem mostrado a fragilidade do sistema e reafirmado a constante necessidade de investimento, de defesa e de intervenção do Estado na garantia do bem-estar e da vida, além da valorização do sistema público no combate à crise da pandemia.

2.3.1 A construção dos direitos sociais no Brasil

Como se deu a trajetória e o desenvolvimento dos direitos sociais no Brasil? Afinal, não fomos o berço da Revolução Industrial. Contudo, a política social incorporou as marcas típicas da sociedade capitalista no contexto brasileiro.

A formação social brasileira, enraizada no processo de colonização como fonte de acumulação originária de capital pelos países centrais e entranhada de práticas exploratórias

através do trabalho escravo, aponta o decurso da independência, “impregnado de vários passados” (IANNI, 1996, p. 63). O Estado brasileiro consolidou-se a partir da cultura patrimonialista e do liberalismo alinhado pelo favor, garantindo o privilégio das classes dominantes e a repressão dos trabalhadores.

Um país com acirradas manifestações de pauperismo e iniquidade, o Brasil só sobrelevou a Questão Social à questão política na primeira década do século XX, com as primeiras ações relacionadas ao mundo do trabalho. Observa-se que as ações se deram em virtude das constantes lutas da classe trabalhadora, mas as respostas do Estado caracterizavam-se por ações estratificadas, tais como caixa de socorro, direito a férias e pensão. Em 1891, consolidou-se a primeira legislação para a assistência à infância no Brasil, com a regulamentação do trabalho infantil. Todavia, Behring e Boschetti (2011) enfatizam que jamais foi cumprida.

A Lei Eloy Chaves, de 1923, ficou marcada como um avanço no âmbito do trabalho, pois garantiu direito previdenciários a uma parcela da população através da Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Ferroviários, assegurando a essa categoria profissional a aposentadoria por tempo de serviço, velhice ou invalidez, além de pensão em caso de falecimento, subvenção de despesas funerárias e assistência médica. Pouco a pouco, tais benefícios foram sendo conquistados por outras categorias profissionais. Outro avanço à época foi a constituição do Ministério do Trabalho, criado em 1930, com a edição do ‘documento de cidadania’, a carteira de trabalho, que garantiu direitos mínimos aos trabalhadores. Todavia, as embora propusessem a proteção ao trabalho, essas políticas objetivavam a regulação, a organização e a contenção da classe trabalhadora, evidenciando assim uma lógica de controle social.

Com a Constituição Federal de 1934 (BRASIL, 1934, art. 121), parte dos direitos sociais foram reconhecidos, principalmente os relacionados ao trabalho, a exemplo do direito à liberdade de organização sindical; da isonomia salarial, da proibição de diferença salarial para o mesmo trabalho; do salário-mínimo; da limitação da jornada de trabalho a 8 horas diárias; da proibição do trabalho para menores; da remuneração do repouso semanal, com gozo preferencialmente aos domingos; das férias remuneradas; e da assistência médica ao trabalhador. Entretanto, cumpre frisar que essas conquistas se deram sob a égide da responsabilidade individual e da repressão policial. A CF/1934 vigorou por pouco tempo, pois, após a instauração do Estado Novo, logo foi substituída pela Constituição de 1937, conhecida como ‘Polaca’, por ter leis de inspiração nazifascista, tal qual a Carta Magna polonesa de 1935. A partir disso, tem-se o explícito retrocesso dos direitos em geral e a centralização do

poder, tal qual vivemos hoje com as reformas trabalhista e previdenciária, bem como com a redução das políticas sociais.

Na década de 1940, as damas da sociedade fundaram a Legião Brasileira de Assistência (LBA), instituição profundamente ligada ao cenário do pós-guerra e ao aprofundamento do capitalismo, cujas influências ideológicas foram fortemente pautadas em princípios cristãos de missão social. A LBA elucida o controle social e político que a sociedade da época exercia por meio da assistência social e da educação. Esse período tornou-se propício à disseminação de princípios moralizadores, religiosos e disciplinares, com o respaldo do Estado Ditatorial de Getúlio Vargas. E, nesse contexto, através da atuação da LBA, foram instituídos os postos de puericultura, que previam vigilância e amparo constantes às famílias, com o objetivo de assegurar cuidados e educação às crianças.

O princípio da política social brasileira desenlaçou-se com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), “[...] que sela o modelo corporativista e fragmentado do reconhecimento dos direitos no Brasil” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 108).

No Brasil, os períodos de restrição de direitos políticos e civis, sob os regimes ditatoriais, refrearam a idealização da política social como um direito, caracterizando a herança da cidadania regulada e estratificada, bem como alinhando-se a uma ‘modernização conservadora’.

O período pós-1945, com o fim do Estado Novo, foi marcado por intensas agitações econômicas, políticas e sociais. O estabelecimento da nova Constituição Federal de 1946 resgatou os direitos sociais e ampliou a política social de maneira “lenta e seletiva” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 110).

Com o golpe militar, o país abriu caminho para a implementação do projeto das forças conservadoras, o que levou a uma política social de perspectiva repressiva, violenta e assistencialista, que impulsionou a abertura ao mercado e caracterizou-se por um ‘sistema dual’ de acesso às políticas sociais, a fim de garantir a sua legitimidade e a mercantilização dos serviços.

Nesse momento, tivemos a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), do Instituto Nacional da Previdência Social (INPS) e do Fundo de Assistência Rural (Funrural), que garantia aos trabalhadores rurais o acesso à Previdência Social. E ainda a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1974, e do Ministério da Previdência Social.

Após 1985, o país passou gradualmente pelo processo de democratização. Foi na então chamada ‘década perdida’, devido à crise do endividamento, à crise dos serviços sociais, ao

desemprego e ao empobrecimento generalizado, que se iniciou a adequação brasileira ao neoliberalismo, tipificado pela redução de gastos no âmbito social, o que implicou a redução da intervenção do Estado num período de acirramento das desigualdades sociais.

Nesse cenário de agravamentos econômicos, ascendia o movimento pela redemocratização do Brasil, cujo debate fundamental era a elaboração de uma nova Constituição. A CF/1988 inaugurou um período completamente novo na história das políticas sociais brasileiras, lançando bases para um modelo de proteção social universalista da seguridade social e enfatizando a responsabilidade do Estado na promoção dos direitos. Porém, a contrarreforma do Estado, pautada nos princípios neoliberais, atacou e redirecionou as conquistas sociais estabelecidas na CF/88.

Sob o argumento da saída da crise fiscal do Estado, as políticas sociais foram reestruturadas sob o viés da focalização, da descentralização e da privatização, afetando a sua concepção ampliada e restringindo o acesso público a direitos, a partir de então caracterizados como pontuais e compensatórios. Mas todos possuem acesso aos direitos sociais? E assim emergem as contradições e negações das problemáticas sociais presentes no Brasil.

2.4 PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA COMO ALTERNATIVA DE COMBATE À POBREZA

Os países nórdicos da Europa foram os pioneiros na introdução dos programas de transferência de renda. “Na Alemanha, a renda de subsistência existe desde 1957, tendo sido concebida como um complemento monetário para suprir as necessidades do dia-a-dia [*sic*]” (LAVINAS, 1998, p. 7). Na França, o programa foi implantado em 1989, “[...] buscando, sobretudo, incentivar a reinserção profissional, social e econômica da população” (LAVINAS, 1998, p. 9). Nos países europeus, os programas de transferência de renda atuam na perspectiva suplementar de proteção social, visando ao fortalecimento dos grupos sociais que, em decorrência da precarização, encontram-se em situações de vulnerabilidade socioeconômica. Ademais, estes programas ganharam destaque nos anos 1980 como estratégia de política social para o enfrentamento da crise do *Welfare State*.

Nos países latino-americanos (Argentina, México, Brasil), as discussões sobre os programas se deram em meados dos anos 1990. No Brasil, a implantação dos primeiros programas de transferência de renda teve início no ano de 1991, com a instituição do Projeto de Lei nº 80, de 15 de abril, de autoria do Senador Suplicy, que propunha a criação do Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), visando transferir renda para os cidadãos

brasileiros desprovidos de recursos monetários, a fim de assegurar a sua subsistência e enfrentar a pobreza. Em contrapartida, o programa de renda mínima “[...] se apresentou como uma das alternativas neoliberais de desmanche da oferta de serviços sociais estatais próprias do modelo keynesiano” (SPOSATI, 1997, p, 109), estimulando a população a buscar por serviços sociais no âmbito privado, devido à garantia dessa renda.

Nesse período, o Brasil passava gradualmente pelo processo de redemocratização e reestruturação do Estado, a partir da adequação ao neoliberalismo, devido à crise do endividamento, dos serviços sociais, do desemprego e do empobrecimento generalizado. O Estado, sob orientações neoliberais instituídas pela ordem internacional, estabeleceu uma política econômica cujos efeitos eram contraditórios ao discurso inscrito na nova Constituição (CF/1988), e foi em meio a esta realidade antagônica e de negações da intervenção estatal que os direitos sociais foram reconhecidos.

A assistência social, como campo de garantia de direitos, “[...] emerge como política estratégica, não contributiva, voltada para o enfrentamento da pobreza e para a construção e o provimento de mínimos sociais de inclusão e para a universalização de direitos” (YAZBEK, 2012, p. 304).

O PBF, criado em 2003, reafirma a nova tendência da política social de transferência de renda direcionada às famílias, de modo que conseguissem ‘superar’ a situação de vulnerabilidade e pobreza. E, no bojo do antagonismo entre política social e econômica, promoveu uma “aparência de autonomia”, suprimindo “[...] o que não é garantido pela inserção econômica” (ALGEBAILLE, 2009, p. 151).

De acordo o Decreto nº 5.209, de 17 de dezembro de 2004, o PBF rege-se pelos seguintes objetivos:

I - promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social; II - combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; III - estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; IV - combater a pobreza; e V - promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público. (BRASIL, 2004c, art. 4º).

O PBF é considerado integrativo, pois, através de suas condicionalidades, articula escolarização, saúde e assistência social, promovendo a inclusão social e a garantia dos direitos básicos à população beneficiária. No entanto, as condicionalidades são chamadas para solucionar um problema cuja causa é o modo como a sociedade capitalista produz e reproduz as suas relações sociais, visando à produção de consensos em torno das ideias dominantes e ao apassivamento da população.

O Programa foi inicialmente instituído em 2003, a partir da MP nº 132. Posteriormente, em 2004, a referida MP foi convertida na Lei nº 10.836, de 9 de janeiro, regulamentada pelo Decreto nº 5.209, em setembro do mesmo ano. Ressalta-se que, no decorrer dos anos, os Decretos sofreram alterações com objetivo de reajustar a renda familiar. Atualmente, “[...] as famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza são caracterizadas pela renda familiar mensal *per capita* de até R\$ 178,00 e R\$ 89,00, respectivamente” (BRASIL, 2018, art. 1º). A partir do PBF, o governo buscou integrar programas como: Bolsa-Escola, Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAA), Bolsa-Alimentação e o Programa Auxílio-Gás. Em todo o Brasil, mais de 14 milhões de família são beneficiárias do PBF.

Os programas de transferência de renda conduzidos pela ótica neoliberal são focalizados na pobreza e têm por objetivo precípuo amenizá-la. No entanto, desconsideram as determinações estruturais geradoras da pobreza e da desigualdade social, limitando-se a intervenções e melhorias imediatas nas condições de vida da população (YAZBEK, 2012), o que convém somente para a manutenção e o controle da pobreza, além de legitimar o Estado.

Os limites de crescimento das políticas e dos programas são determinados pelo capital, tendo em vista o interesse do sistema no crescimento econômico, pois, enquanto “[...] a economia cresce e o poder estatal se fortalece, a massa dos trabalhadores padece” (IANNI, 1996, p. 89). O Estado interfere diretamente na garantia da produção e reprodução do capital, mantendo a ordem pública através da coerção e da integração dos subalternos. Mendonça (2014, p. 34) destaca que o Estado “[...] deve representar uma expressão universal de toda a sociedade, incorporando até mesmo as demandas e interesses dos grupos subalternos, mesmo que deles extirpando sua lógica própria”. Para o enfrentamento das questões sociais, à dimensão disciplinadora e coercitiva do Estado burguês, segundo Paulo Neto (2010, p. 28), “[...] conjuga-se outra dimensão, coesiva e legitimadora: o novo assistencialismo”.

A política social se inscreve no âmbito dos direitos, mas seu horizonte está circunscrito aos limites do capital. O direito, por meio da ação do Estado, preserva os interesses da classe dominante e, conseqüentemente, a propriedade privada. No Estado capitalista, o direito cumpre a função de manter a ordem pública e social, ao garantir, através das leis, a defesa da propriedade privada e o controle sobre a classe trabalhadora.

Para compreender as atuais políticas sociais no Brasil, especificamente o Bolsa-Família, é preciso atinar para o fato de que as saídas imediatistas possuem a capacidade de acalantar a população, pois um sistema que depende da exploração para se manter estruturado não tem a intenção de erradicar a pobreza.

Este capítulo se propôs a realizar um apanhado teórico-histórico acerca do processo de violência inerente às contradições do capital, perpassando pelas estratégias governamentais de criação de consensos apassivadores, através das políticas sociais e dos programas de transferência de renda. Observa-se que, com emprego de violência, o Estado reproduz as desigualdades sociais e, diante disso, cria estratégias paliativas e compensatórias, visando manter a situação social e econômica favorável ao desenvolvimento e à expansão do capital.

3 BALANÇO DE PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE O PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA COMO ESTRATÉGIA DE COMBATE À VIOLÊNCIA

No presente capítulo, buscou-se identificar, na produção acadêmica brasileira, as reflexões acerca do PBF relacionadas à violência, de modo a compreender como o Programa interfere nas violências sofridas pelas crianças. Delimitaram-se as pesquisas aos períodos entre 2009 e 2019, bem como analisou-se o que os autores discutem sobre as contribuições do PBF nas trajetórias de vida e de escolarização das crianças, especificamente as vítimas de violência.

Identificaram-se algumas fragilidades na articulação entre as temáticas ‘violência’ e ‘PBF’ atreladas à criança, conforme demonstrado no levantamento abaixo.

Os resultados serão apresentados em duas partes: a seleção e a coleta das produções (dissertações, teses e artigos científicos) e as considerações sobre a produção acadêmica selecionada.

3.1 SELEÇÃO E COLETA DAS PRODUÇÕES

Para o desenvolvimento deste trabalho, procedeu-se à busca por produções acadêmicas publicadas e relacionadas às temáticas em tela no período entre 2009 e 2019, sobretudo aquelas que articulassem a política social – especificamente o PBF – à violência e à educação. O período foi definido a partir da constatação de que 2009 foi o ano com maior número de beneficiários do Programa desde a sua criação, ao longo do qual foram contempladas 12.370.915 pessoas em todo o Brasil.

Os bancos de dados explorados foram: os anais das Reuniões Anuais da ANPED; a BDTD, o Banco de Teses e Dissertações da Capes e os periódicos acadêmicos de Educação e Ciências Sociais Aplicadas publicados na SciELO.

Como critério de busca, utilizaram-se os seguintes descritores: ‘violência, criança’; ‘violência, criança, bolsa-família’; ‘violência, bolsa-família’, ‘violência, bolsa-família, escolarização’, ‘bolsa-família, escolarização e trajetórias de vida’, ‘bolsa-família e educação’, considerando-se os títulos, as palavras-chaves e os resumos.

Nos anais das Reuniões Anuais da ANPED, utilizando-se os descritores ‘bolsa-família e educação’, foram encontrados dois trabalhos, publicados nos anos de 2008 e 2012, ambos pertencentes ao GT - 05, que aborda o Estado e a Política Educacional. Destaca-se que, com os demais descritores, não foram encontrados mais trabalhos nesta plataforma. Diante disso, atesta-se a escassez de pesquisas no campo da Educação que interseccionem a violência e o

PBF. Ressalta-se que a busca obteve algumas produções sobre as aludidas temáticas, nas quais, entretanto, ‘violência’ e ‘programa bolsa-família’ foram abordados separadamente.

Na BDTD, utilizando-se o recurso de pesquisa avançada, com os descritores ‘violência, bolsa-família’ e delimitação do período entre 2009 e 2019, foi encontrado o maior número de produções: quinze trabalhos, a maioria dissertações (14), produzidas em diferentes áreas do conhecimento, tais como: Educação, Serviço Social, Sociologia E Saúde.

Já na plataforma da Capes, com os descritores ‘violência, criança’ e delimitação temporal idêntica à anterior, obtiveram-se 1.949 trabalhos, dentre os quais 1.780 artigos, a maioria pertencente à área da saúde pública. Com os descritores ‘educação e violência’, foram encontrados 5.025 trabalhos, majoritariamente artigos da área de saúde pública, como na busca anterior. Já com os descritores ‘violência e bolsa-família’, localizaram-se 6.335 trabalhos, a maioria artigos da área da saúde. Os descritores acima destacados foram os que apresentaram o maior número de produções.

Na plataforma SciELO, os descritores que obtiveram o maior número de trabalhos foram ‘violência, criança’, com o montante de 321 artigos, publicados no período entre 2009 e 2019. Do total, 76 trabalhos pertencem à área temática da saúde pública, e 20 à área da educação, nos quais foram encontradas reflexões acerca da violência escolar e das representações sociais dos professores perante a temática supracitada.

Vencida essa etapa, após leitura das palavras-chave e dos resumos, foram selecionados nove trabalhos para análise. Os trabalhos selecionados são provenientes de diversas áreas do conhecimento, em sua maioria da Educação, do Serviço Social e da Saúde. No tocante à distribuição geográfica, as Regiões Sudeste e Sul dominam o debate das temáticas tratadas nesta dissertação.

Diante da seleção e da coleta das produções, pode-se afirmar que, individualmente, as temáticas são bastante estudadas, contudo, quando articuladas, há poucos registros de pesquisas desenvolvidas. Verificou-se também a fragilidade na articulação entre a proteção social básica⁶ e a proteção social especial de média⁷

⁶ “A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Os serviços de proteção social básica serão executados de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social – Cras e em outras unidades básicas e públicas de assistência social, bem como de forma indireta nas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência dos Cras.” (BRASIL, 2004b, p. 33-35).

⁷ “São considerados serviços de média complexidade aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos. A proteção especial de média complexidade é executada pelo Centro de Referência Especializado da Assistência Social, visando à orientação e ao convívio sociofamiliar e comunitário. Difere-se da proteção básica por se tratar de um atendimento dirigido às situações de violação de direitos.” (BRASIL, 2004b, p. 38).

complexidade na assistência social, bem como a debilidade do Programa em promover reflexões acerca da violência contra as crianças e tratar das contribuições em suas trajetórias de vidas, especificamente na área educacional.

3.1.1 Teses e Dissertações

Entre teses (1) e dissertações (2), foram selecionados 3 trabalhos na plataforma da BDTD, os quais foram publicados entre 2009 e 2019. Durante a pesquisa, utilizaram-se os seguintes descritores: ‘violência, bolsa-família’ e ‘violência, política social’, conforme exposto no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 – Teses e dissertações selecionadas na BDTD

Ano	Título	Autor(a)	Instituição/UF	Área do Conhecimento
2013	Educação, Programa Bolsa-Família e alívio à pobreza: o cinismo instituído	Joana D’arc	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/SC)	Educação
2013	Direitos e políticas sociais: da garantia à regulação punitiva da pobreza no Brasil	Joselito da Silva Pacheco	Universidade de Brasília (UnB/DF)	Serviço Social
2017	Famílias beneficiárias do Programa Bolsa-Família do Município de Várzea Paulista-SP: (des)caminhos na garantia da proteção social e na busca da superação da extrema pobreza	Sidney Rezende Azevedo	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)	Serviço Social

Fonte: elaborado pela autora.

Observa-se, no Quadro 1, que as dissertações e teses foram produzidas em diferentes regiões do Brasil, tais como Sul, Sudeste e Centro-Oeste, e perpassam por diferentes áreas de conhecimento.

As produções selecionadas utilizam diferentes referenciais teóricos, dentre os quais o materialismo histórico-dialético, com o qual os autores analisam o PBF dentro de uma perspectiva crítica, compreendendo o objeto em sua historicidade e totalidade contraditória, além de se servirem de pesquisas bibliográficas, documentais e de questionários informativos e avaliativos.

3.1.2 Artigos

O levantamento de artigos ocorreu nos repositórios da SciELO, na plataforma Capes e nos anais das Reuniões Anuais da ANPEd. Em todos os descritores pesquisados, observou-se que a área da Saúde lidera as discussões no campo da violência articulada ao PBF e à educação, seguida pelas áreas das Ciências Sociais e Econômicas. No quesito geográfico, a predominância é dos periódicos das Regiões Sul e Sudeste.

No Quadro 2, apresentam-se os detalhes dos seis artigos selecionados:

Quadro 2 – Levantamento de artigos nos periódicos da SciELO, na plataforma Capes e nos anais das Reuniões Anuais da ANPEd

Ano	Título	Autor	Instituição/UF	Periódico	Área do Conhecimento
2009	Percepções sobre o Programa Bolsa-Família pela sociedade brasileira	Henrique Carlos de Oliveira de Castro; Maria Inez Machado Telles Walter; Cora Maria Bender de Santana; Michelle Conceição Stephanou	Universidade de Brasília (UnB/DF)	Opinião Pública (Campinas/SP)	Ciência Política
2012	Algumas reflexões sobre as condicionalidades em educação presentes no Programa Bolsa-Família	André Pires	Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)	35ª Reunião Anual da ANPEd	Educação
2013	As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção	Franciele Fagundes Fonseca; Ramony Kris Sena; Rochy Lane dos Santos; Orlene Veloso Dias e; Simone de Melo Costa	Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes/MG)	Revista Paulista de Pediatria (São Paulo)	Saúde
2013	Fatores direcionadores da transferência de recursos em Programas Sociais no Brasil	Doraliza Auxiliadora Abranches Monteiro; Marco Aurélio Marques Ferreira; Suely de Fátima Ramos Silveira	Universidade Federal de Viçosa (UFV/MG)	Revista de Gestão – REGE (São Paulo)	Administração Pública
2016	Programa Bolsa-Família e violência doméstica contra a mulher no Brasil	Gustavo Carvalho Moreira; Leonardo Bornacki de Mattos; Evandro Camargos Teixeira; Dênis Antonio da Cunha	Universidade de São Paulo (USP/SP)	Estudos Econômicos (São Paulo)	Economia
2016	Violência contra crianças no cenário brasileiro	Antonio Jakeulmo Nunes e; Magda Coeli Vitorino Sales	Centro Universitário Uninovafapi/PI	Ciência e Saúde Coletiva (Rio de Janeiro)	Saúde

Fonte: elaborado pela autora.

3.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA

Durante o processo de seleção das fontes, foram escolhidas três dissertações, as quais circundam o debate acerca do PBF, de seus limites, potencialidades e contribuições na rede de proteção à família.

A primeira dissertação⁸ selecionada fundamenta seu estudo bibliográfico na perspectiva crítica, utilizando-se de categorias marxistas para a compreensão das contradições e da totalidade histórica, visando à transformação do real. A autora investigou a educação no âmbito do PBF, sendo esta a principal condicionalidade do Programa. O trabalho retrata o contexto histórico da política social de gestão da pobreza no Brasil, bem como contextualiza o Programa no recorte temporal de 2003-2010, privilegiando os dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pois, segundo a autora, Lula produziu na população uma expectativa de mudança nas políticas econômica e social do país. Apesar disso, afirma que presenciamos, na verdade, a manutenção de políticas neoliberais adotadas no governo anterior, em continuidade ao projeto societário burguês. Ao investigar a essência do Bolsa-Família, a autora evidencia que esta é uma estratégia de apassivamento da população que obscurece a essência da relação social subjacente ao modo de produção capitalista, pois compreender o Programa é compreender que ele é fruto desta relação, vinculada a condições econômicas, políticas sociais e ideologias. A pesquisa destaca que o PBF possui o objetivo positivo de promover o acesso das famílias aos serviços de saúde e educação, bem como de quebrar o ciclo geracional da pobreza. Entretanto, investir em capital humano requer o aumento da produtividade dos pobres e do seu poder de compra. A transferência de renda é positiva para a economia local/regional e para o próprio Estado.

As condicionalidades são chamadas a solucionar um problema que não se evidencia em si, mas no modo como a sociedade capitalista se organiza. Na análise dos documentos, a autora observa que os conceitos de pobreza surgem na perspectiva de culpabilizar o sujeito pela situação em que vive. A autora finaliza afirmando que a luta deve ser em direção à constituição de um projeto de educação para além do capital.

Azevedo (2017)⁹ investigou as situações de proteção/desproteção sociais vivenciadas pelas famílias beneficiárias do PBF em um município de São Paulo, explorando suas

⁸ VAZ, Joana D'arc. **Educação, Programa Bolsa-Família e alívio à pobreza: o cinismo instituído**. 2013. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

⁹ AZEVEDO, Sidney Rezendo. **Famílias beneficiárias do programa Bolsa-Família no município de Várzea Paulista, SP: (des)caminhos na garantia da proteção social e na busca da superação da extrema pobreza**. 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2017.

narrativas. O autor traz a pobreza como um fenômeno multidimensional, pautado no pensamento de Yazbek, como uma manifestação da Questão Social e expressão das relações sociais capitalistas, das relações desiguais nos planos social, político, econômico e cultural. O fenômeno da pobreza e a omissão do Estado diante desta questão acirram as situações de desproteção social das famílias. A proteção social, segundo a pesquisa, não pode se limitar à concessão de transferência de renda, pois garantir a proteção das famílias não é somente um mecanismo de compensação. Trata-se de assegurar a atenção no âmbito da universalidade, de defender a ampliação e qualificação da rede de serviços públicos, visando ao cuidado ampliado para com as famílias. A transferência de renda aparece como uma maneira de o Estado se eximir dos seus deveres e responsabilizar as famílias pelas suas condições de pobreza, o que caracteriza uma afronta aos direitos sociais garantidos pela CF/1988.

O autor evidencia que não se pode atribuir exclusivamente ao PBF a responsabilidade pela interrupção dos ciclos intergeracionais de pobreza, pois isso requer atenção integral por parte do Estado, bem como uma compreensão mais ampla do que a perspectiva de responsabilização familiar (familismo). Ao responsabilizar a família, o Estado se exime da sua responsabilidade de garantir a proteção social e reforça as políticas de caráter seletivo e focalizado.

Por sua vez, Pacheco (2013)¹⁰ se propôs a analisar o enfraquecimento da proteção das políticas sociais capitalistas à medida que essas políticas foram sendo apropriadas pelo ideário neoliberal. Compreendendo as mudanças no papel do Estado, que, nos últimos anos, vem deixando de ser social e assumindo um caráter explicitamente punitivo em relação às camadas sociais mais pobres da sociedade, o autor demonstrou que os direitos sociais têm evoluído ao longo da história, mas encontram obstáculos com a ascensão do neoliberalismo.

A violação dos direitos sociais afeta diretamente as classes empobrecidas, especialmente a nefasta concepção de pobreza que o sistema capitalista apresenta, retratada como falha moral e questão de âmbito privado. A pesquisa demonstra que a superação da concepção de pobreza está associada ao grau de cidadania e civilidade da população e que os direitos sociais transmitem a ideia de expansão do conceito de cidadania para além do alívio à pobreza. Entretanto, na contramão dessa expansão, o neoliberalismo segue exaurindo e responsabilizando o pobre por sua situação de privação. A política social, que deveria concretizar os direitos sociais, tem lidado mais com retrocessos do que com avanços, adquirindo um caráter coercitivo, característico do poder hegemônico. Circunscritos aos

¹⁰ PACHECO, Joselito da Silva. **Direitos e políticas sociais**: da garantia à regulação punitiva da pobreza. 2013. 231 f. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

limites do capital, os direitos sociais propiciam tão somente um bem-estar relativo, e uma série de condicionalidades os transformam em obrigações, ao condicioná-los a contrapartidas. Em consequência, tem-se a lógica perversa do assistencialismo e da focalização. A focalização transforma o “[...] cidadão portador de direitos em consumidor, mediante a transferência de renda, que mais beneficia o mercado” (PACHECO, 2013, p. 214). Tem-se uma constante “desconstrução dos direitos com o estabelecimento do mérito competitivo” (PACHECO, 2013, p. 214). E, em consonância ao contexto apresentado, a violência estrutural é naturalizada.

Durante a leitura e análise dos artigos, verificou-se a inexistência, na produção acadêmica, de discussões a respeito da violência contra a criança articuladas ao PBF. A maior incidência das produções é no âmbito da violência doméstica. A partir disso, foram selecionadas fontes que pudessem contribuir para a reflexão acerca do PBF e, separadamente, fontes que debatessem a violência contra a criança, bem como a violência doméstica e a transferência de renda.

Da leitura das produções científicas, infere-se que o Bolsa-Família adquiriu legitimidade perante a população brasileira e é considerado o eixo central da rede de proteção social, mesmo diante dos seus limites interventivos e de execução. A ação do Programa tem caráter focalizado e motiva uma ampla discussão a este respeito. As fontes selecionadas apresentam contrapontos e defesas à focalização. Há autores que defendem as estratégias institucionais destinadas a garantir que os programas sociais atinjam os segmentos mais vulneráveis, e há autores que defendem que os programas devem ser universais, já que todos os indivíduos possuem direitos. Contudo, a proteção social brasileira ainda se baliza pelas estratégias de proteção aos vulneráveis no alívio imediato da pobreza, buscando articular-se ao acesso às políticas públicas, tais como saúde e educação, através das condicionalidades.

Diante da proteção focalizada aos vulneráveis, o trabalho de Fonseca *et al.* (2013)¹¹ demonstra que as crianças estão inerentemente expostas a vulnerabilidades relacionadas ao alcoolismo, aos conflitos familiares e à violência intrafamiliar, além da precariedade na oferta de serviços públicos, nas mais diversas áreas (assistência social, educação, saúde), assim como aos riscos eminentes de trabalho infantil e exploração sexual. As vulnerabilidades se manifestam na violência intrafamiliar e intraescolar e na falta de oferta de serviços públicos de qualidade. Os baixos salários, a exploração e o desemprego também são fatores que afetam diretamente a trajetória de vida da população. “Um programa social só pode ser considerado

¹¹ FONSECA, Franciele Fagundes; SENA, Ramony Kris R.; SANTOS, Rocky Lane A. dos; DIAS, Orlene Veloso; COSTA, Simone de Melo. As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção. **Revista Paulista de Pediatria**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 258-264, jun. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/36gercu>. Acesso em: 20 set. 2019.

capaz de reduzir a pobreza e a desigualdade se, em primeiro lugar, alcançar a população que vive nessas condições” (FONSECA *et al.*, 2013, p. 262). Os autores afirmam que a focalização do programa é positiva, pois, quanto maior a focalização, maior o impacto do Programa sobre a vida da população vulnerável. O artigo demonstra também que o PBF é de extrema importância no panorama das políticas sociais, em razão de seu impacto sobre a redução da pobreza, da diminuição da desigualdade de renda, da maior frequência escolar e da garantia de que as crianças beneficiárias não se submeterão ao trabalho infantil. Entretanto, cumpre esclarecer que, nos finais de semana e nos períodos de recesso escolar, as crianças podem vivenciar situações de risco social, como a violência e a submissão ao trabalho infantil. Diante das vulnerabilidades e dos fatores de risco identificados, o artigo destaca a existência de importantes políticas públicas que contribuem para o enfrentamento desses riscos, dentre as quais o PBF.

Relacionado à educação, o trabalho de Pires (2012)¹² discute o PBF no enfrentamento da pobreza intergeracional pela via da escolaridade. O autor estabelece contrapontos ao Programa e à Educação, ressaltando que a exigência da frequência escolar não se mostra um fator significativo para romper o ciclo de pobreza, pois, pautada nos pensamentos de Bourdieu, a escola é vista como um instrumento de conservação da desigualdade social. O Programa visa à quantificação de matrículas e frequências escolares, independentemente da qualidade do ensino oferecido. Entretanto, o Bolsa-Família tem-se demonstrado efetivo na redução das taxas de abandono escolar, bem como na elevação das taxas de aprovação das crianças beneficiárias.

Os dados levantados pelo trabalho de Castro (2009)¹³ demonstram que as percepções acerca do Programa são positivas, atingindo um percentual de 72% de aprovação em todas as regiões. E, especificamente na Região Nordeste, esse índice chega a 81.6% de aprovação das contribuições do programa para a melhoria de vida das famílias beneficiárias. Dentre as contribuições, foram elencadas: o combate à pobreza, a permanência das crianças na escola, a melhoria na educação, o combate ao trabalho infantil e as melhorias na saúde de gestantes e crianças. Todas as regiões apresentaram índices satisfatórios de concordância com as melhorias trazidas pelo PBF à população beneficiária. O artigo demonstrou que o Programa se

¹² PIRES, André. Algumas reflexões sobre as condicionalidades em educação presentes no Programa Bolsa-Família. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 35. 2012, Porto de Galinhas. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: ANPEd, 2012. p. 1-16. Disponível em: <https://bit.ly/3lj3xHe>. Acesso em: 20 set. 2019.

¹³ CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de; WALTER, Maria Inez Machado Telles; SANTANA, Cora Maria Bender de; STEPHANOU, Michelle Conceição. Percepções sobre o Programa Bolsa-Família na sociedade brasileira. **Revista Opinião Pública**, Campinas v. 15, n. 2, p. 333-355, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762009000200003>. Acesso em: 20 set. 2019.

legitimou junto à sociedade, tendo em vista o nível de conhecimento da política demonstrado pelos participantes, bem como trouxe aspectos importantes quanto à avaliação das políticas públicas através da opinião popular.

Mas como o PBF é capaz de influenciar a violência doméstica? Esta foi a pergunta central do trabalho de Moreira *et al.* (2016),¹⁴ com a qual os autores introduziram a temática da violência no debate da transferência de renda, a fim de desenvolver reflexões acerca do objeto de estudo em questão.

Atualmente, “[...] a violência contra as mulheres configura-se como um problema extremamente grave no que se refere à deterioração da saúde, da integridade física e da violação de direitos humanos” (MOREIRA *et al.*, 2016), e a economia da criminalidade tem dado cada vez mais atenção ao tema, objetivando a compreensão do fenômeno e, assim, a proposição de políticas públicas capazes de amenizar o problema e elevar o bem-estar social. O estudo aponta como fatores que exercem influência sobre a violência doméstica: a pobreza, o desemprego dos cônjuges e a diferença de rendimentos entre homens e mulheres. Os resultados apresentados pela pesquisa sinalizam um efeito não intencional do Programa em elevar a violência contra a mulher, destacando, porém, que não apenas o Bolsa-Família é capaz de alterar a violência doméstica, pois existem outros fatores aptos a influenciar este fenômeno, dentre os quais a baixa escolarização é um dos mais relevantes. Os autores afirmam que as campanhas educativas e os mecanismos de denúncia podem auxiliar na redução da violência e, tendo em vista o resultado da pesquisa, avaliam que o acompanhamento e a ampliação das condicionalidades no âmbito da saúde para todos os integrantes das famílias beneficiárias proporcionariam conscientização e reflexão acerca do enfrentamento à violência doméstica.

E, por fim, o último artigo¹⁵ selecionado tem como tema a violência contra crianças no cenário brasileiro. Em 2016, 40% das notificações registradas no Sistema de Agravos de Notificações (Sinan) eram de violência infantil. A OMS “[...] classifica a violência contra a criança em quatro tipos, abuso físico, sexual, emocional ou psicológico e negligência” (*apud* NUNES; SALES, 2016, p. 872), os quais afetam gravemente o desenvolvimento infantil. Ressalta-se que os autores consideraram a totalidade no reconhecimento do fenômeno e das

¹⁴ MOREIRA, Gustavo Carvalho; MATTOS, Leonardo Bornacki de; TEIXEIRA, Evandro Camargos; CUNHA, Dênis Antonio da. Programa Bolsa-Família e a violência doméstica contra a mulher no Brasil. **Revista Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 46, n. 4, p. 973-1002, 2016. ISSN 1980-5357. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-4161464977gled>. Acesso em: 20 set. 2019.

¹⁵ NUNES, Antonio Jakeulmo; SALES, Magda Coeli Vitorino. Violência contra crianças no cenário brasileiro. **Ciências & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 871-880, mar. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015213.08182014>. Acesso em: 20 set. 2019.

possíveis estratégias de intervenção. No levantamento bibliográfico realizado pelos autores, a violência de maior incidência é a negligência, presente em 50% dos materiais analisados, seguida pela física (33,3%), a psicológica (8,3%) e a sexual (8,3%). Quanto ao gênero dos agressores, observa-se a predominância do sexo masculino (41,7%), com prevalência da agressão intrafamiliar (75%). Diante da análise da pesquisa, observa-se que os genitores são os maiores perpetradores de violência contra as crianças. Os autores afirmam a necessidade de políticas públicas para enfrentamento da violência contra a criança, a fim de trabalhar a prevenção de modo coletivo, bem como de investimentos na capacitação dos profissionais envolvidos, visando à intervenção de qualidade nos contextos violentos.

A análise das fontes selecionadas sugere que o PBF é uma temática abrangente e discutida em diversas áreas do conhecimento e em várias universidades do país. Em contrapartida, fica evidente a fragilidade da temática quando relacionada à violência, especificamente contra a criança, fato que acentua a relevância desta pesquisa. Nos nove textos, predominam a visão crítica a respeito do programa e a avaliação de seus limites e potencialidades no âmbito da lógica do capital. O programa demonstra-se eficaz aos olhos dos beneficiários, mas se encontra estruturado pelas perspectivas da focalização, da responsabilização individual e dos estigmas morais.

A permanente crise do capital, remediada pelo ideário neoliberal, e a reestruturação produtiva impõem transformações ao mundo do trabalho, permeado pelo trabalho precário, pela exploração, pelos baixos salários e até mesmo pelo desemprego. Os fatores de vulnerabilidade afetam diretamente as trajetórias de vida da população, pois acirram a pobreza, a exclusão social e, conseqüentemente, ampliam os riscos sociais e de violação de direitos.

Vale ressaltar que a atual crise da Covid-19, em razão da quarentena (isolamento social), ocasionou o aumento das taxas de violência doméstica, agravadas pelas taxas de desemprego e a ausência de renda, acirrando assim a Questão Social e econômica vivenciada pela população. No Brasil, de acordo com a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, houve um crescimento de 9%¹⁶ no número de denúncias registradas pelos serviços Disque 100 e Ligue 180. Apurou-se que as violências ocorrem, sobretudo, na frente das crianças, uma vez que as escolas se encontram fechadas, devido às medidas restritivas.

Diante da coleta e da análise das fontes, questiona-se: qual a contribuição do PBF no enfrentamento da violência? É possível que uma política social focalizada crie mecanismos de

¹⁶ Dados disponíveis em: <https://bit.ly/39Iqi5l>.

enfrentamento da violência contra as crianças? É possível falar em direitos sociais num sistema regido pela lógica da competitividade e da acumulação? A quem serve o PBF? Ficam estes questionamentos como subsídios para a reflexão sobre objeto estudado, tendo em vista a complexidade da temática e o fato de esta pesquisa é um meio, e não um fim.

4 OS DETERMINANTES DA PESQUISA DE CAMPO

O objetivo deste capítulo é demonstrar cuidadosamente os caminhos da pesquisa, explicitando os afetos e desafetos de sua trajetória. Primeiramente, apresenta-se a caracterização do município de Balneário Camboriú, SC, discorrendo-se sobre suas particularidades e sobre os índices de violência registrados pelo Conselho Tutelar da região. Em seguida, apresenta-se o *locus* da pesquisa, definindo-se cada um dos locais e elucidando-se suas competências e atribuições, que, articuladamente, compõem a rede socioassistencial municipal. Por fim, são apresentados os dados coletados nas narrativas dos profissionais, propondo a identificação das contribuições do Programa Bolsa-Família nas trajetórias de vida e de escolarização das crianças vítimas de violência atendidas na rede socioassistencial de Balneário Camboriú, SC.

4.1 OS CAMINHOS DA PESQUISA

O desenvolvimento do projeto de pesquisa foi delineado a partir da minha prática profissional no Creas e das minhas inquietações diante das metodologias das intervenções realizadas nos atendimentos com as crianças e suas famílias. Inicialmente, a pesquisa se propunha a realizar reflexões acerca da contribuição do Creas no enfrentamento e na ressignificação da violência contra as crianças, considerando as metodologias aplicadas nos atendimentos psicossociais realizados com as crianças e suas famílias.

No decorrer da minha trajetória profissional, surgiram percalços e desventuras que me levaram a atuar junto ao Estado, na Universidade do Estado e Santa Catarina (Udesc), onde atualmente exerço minha função. Afinal, a coerção fere os nossos sonhos, lutas e resistências, fragilizando-nos diante da barbárie. Neste processo, pensei muitas vezes em mudar a direção da pesquisa, bem como a cidade pesquisada. Contudo, as mágoas passam, e o amor resistente floresce. E, inundada pela minha determinação, retornei ao município na condição de pesquisadora, a fim de dar voz aos invisíveis, a saber: crianças, famílias e técnicos. Um caminho permeado por obstinação, burocracias e luta em defesa da Assistência Social.

Posteriormente, tive a oportunidade de fazer parte do projeto de aperfeiçoamento 'Educação, pobreza e desigualdade social', juntamente com a Prof.^a Dr.^a Soraya Franzoni Conde, pesquisando as crianças beneficiárias do PBF no município de Balneário Camboriú, SC, onde imergi neste campo vasto e dialético. Diante de tantos antagonismos, fui instigada a continuar pesquisando a temática e sua relação com a violência contra as crianças, de modo a

compreender os limites e as contribuições do PBF nas trajetórias de vida e de escolarização das crianças vítimas de violência. No decorrer do processo de pesquisa, propus-me a estudar diretamente as percepções das crianças e de suas famílias em relação ao Bolsa-Família. Contudo, a pesquisa exploratória de campo, realizada nos meses de julho e agosto de 2019, demonstrou-se inviável, apesar das reflexões realizadas com as famílias. Os familiares das crianças demonstraram relutância em participar da pesquisa, expressa na negativa e nos silêncios desmedidos, bem como na fragilidade dos relatos em relação ao Programa. Diante disso, concluí que as famílias temiam perder o benefício em razão do seu posicionamento social, político e econômico diante do Programa.

Sendo assim, optei por coletar as narrativas profissionais, partindo do princípio de que os técnicos auxiliam no processo de formação da consciência social e apresentam uma visão panorâmica das famílias atendidas na rede de Balneário Camboriú, SC.

Com objetivo de refletir sobre os limites e as contribuições do PBF nas trajetórias de vida e de escolarização das crianças vítimas de violência, realizei entrevistas semiestruturadas com os profissionais da rede socioassistencial de Balneário Camboriú, SC, no período de março de 2020. Selecionei técnicos do Cras, do Creas e do CadÚnico, dentre os quais assistentes sociais, psicólogos e pedagogos. A escolha tomou como critério a participação destes profissionais em conselhos deliberativos e/ou consultivos relacionados à política de atuação e/ou seu tempo de atuação na rede.

Outra justificativa para a realização da pesquisa diz respeito à necessidade de desmistificar os relatos da população em geral, eivados de senso-comum, sobre o Programa. No decorrer da pesquisa exploratória, ouvi constantes relatos sobre o incentivo ao ócio e os ciclos de dependência que os beneficiários criam para com Estado, entre outros comentários. Em vista disso, esta pesquisa se propôs também a desmistificar essas ideias produzidas pelo senso-comum, a fim conscientizar a população e motivar a desconstrução dos mitos de que o Bolsa-Família está produzindo uma geração de ‘vagabundos’ que resistem ao trabalho explorado.

4.2 CARACTERIZANDO O MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ, SC

Criada pela Lei Municipal nº 18, de 20 de outubro de 1954, à época apenas um distrito, a Praia de Camboriú subordinava-se ao município de Camboriú. Somente em 1964, através da Lei Estadual nº 960, de 8 de abril de 1964, é que foi desmembrada de Camboriú; e em 1979, a

partir da Lei Estadual nº 5.630, de 20 de novembro, passou a ser denominada de Balneário Camboriú (IBGE, 2010).

Figura 1 – Mapa de Balneário Camboriú, SC



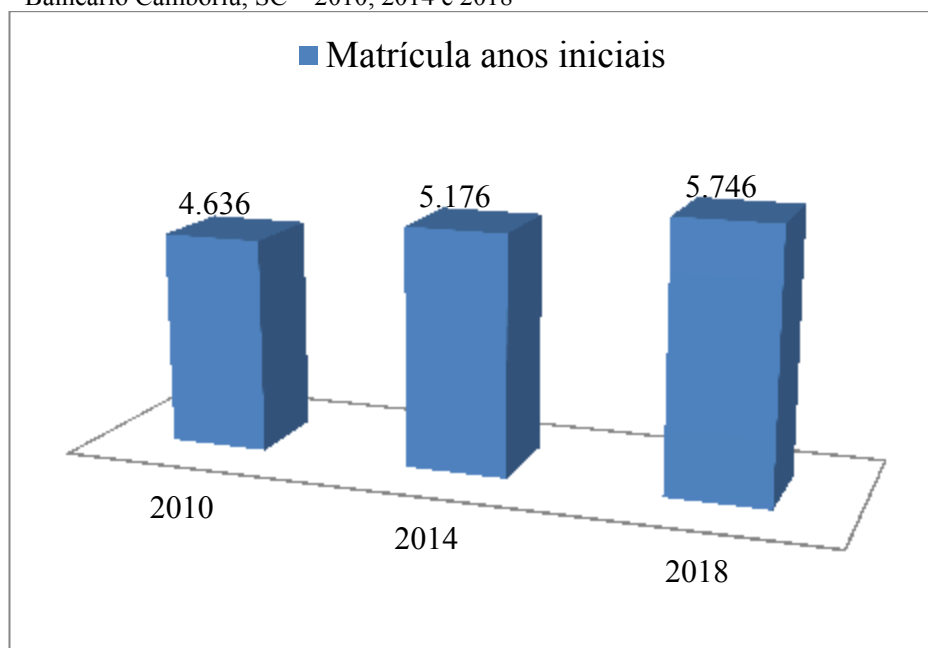
Fonte: Secretaria de Turismo de Balneário Camboriú (2016).

O município possui atualmente uma população estimada de 138 mil habitantes, sendo 52,45% mulheres e 47,55% homens, todos residentes em área urbana, de acordo com os dados do IBGE (2010).

As principais atividades econômicas no município são o turismo, o comércio e a construção civil, além da prática da pesca. A população economicamente ativa é estimada em 59,4% (IBGE, 2010).

A cidade detém o segundo maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado de Santa Catarina, alcançando 0,867 em 2000. A educação é um dos principais fatores para o crescimento do IDH no município de Balneário Camboriú. No período de 2000 a 2010, a educação escolar de crianças de 5 a 6 anos de idade cresceu 13,50%; já nos anos finais do ensino fundamental, que atende crianças de 11 a 13 anos, o aumento foi 14,07% no mesmo período (UFSC, 2015). O Censo Educacional (QEDu) de 2010 contabilizou 4.636 estudantes regularmente matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental. Em 2014, as matrículas contemplaram 5.176 estudantes. E, no último censo em 2018, Balneário Camboriú registrou 5.746 estudantes regularmente matriculados nos anos iniciais (CENSO..., 2018).

Gráfico 1 – Número de estudantes regularmente matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental em Balneário Camboriú, SC – 2010, 2014 e 2018



Fonte: CENSO... (2018).

Em Balneário Camboriú, 100% das escolas municipais fornecem alimentação para as crianças. No decorrer dos anos, o Censo registrou um aumento na qualidade da educação, mensurado pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que em 2007 estava em 4.9, aumentou para 5.6 em 2011 e atingiu 6.4 em 2017.

Segundo os dados do Censo Escolar de 2010, o município de Balneário Camboriú possuía 0,2% da população com renda familiar *per capita* de até R\$ 70,00, 1% com renda familiar *per capita* de até 1/2 salário-mínimo e 6% da população com renda familiar *per capita* de até 1/4 salário-mínimo. A concorrência em 2011 por uma colocação no mercado de trabalho formal chegou a 2,7 habitantes por emprego (SEBRAE, 2013).

De acordo com o IBGE (2010), entre as 295 cidades de Santa Catarina, Balneário Camboriú aparece na 141^o17 posição no *ranking* de incidência de pobreza do Estado e no 46^o18 lugar (IPEA, 2017) nacional no indicador de homicídios a cada 100 mil habitantes, sendo o tráfico de drogas seu principal fator de risco.

No ano de 2019, Santa Catarina registrou 1.523 denúncias de violência contra crianças e adolescentes através do Disque 100 (disque-denúncia do Governo Federal). O Estado detém o quinto maior índice de violência contra crianças por número de habitantes do país, de acordo com os dados obtidos no balanço das denúncias.

¹⁷ Percentual de 25,32% (IBGE, 2010).

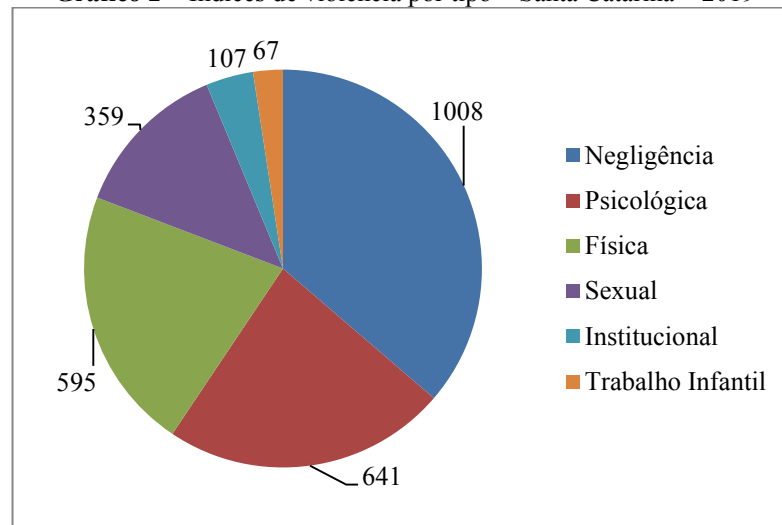
¹⁸ A taxa de homicídio por 100 mil habitantes em Balneário Camboriú ficou em 11,7. (IPEA, 2017).

Tabela 1 – Ranking de denúncias de violência contra crianças e adolescentes nos Estados brasileiros por número de habitantes – 2019

Ranking	UF	Denúncias	População de 0 a 17 anos	Denúncias por 100 mil habitantes
28°	NA	981		
1°	DF	911	740.095	123,09
4°	MS	869	750.128	115,85
2°	RJ	4451	4.158.826	107,03
3°	RN	944	970.827	97,24
6°	MG	5114	5.435.591	94,08
5°	SC	1523	1.688.501	90,20
7°	SP	9783	10.851.165	90,16
11°	SE	585	681.430	85,85
8°	ES	868	994.278	84,28
12°	AM	1083	1.383.457	78,28
9°	PB	897	1.168.690	76,75
10°	GO	1228	1.763.950	69,62
14°	PR	1818	2.957.412	61,47
13°	RS	1661	2.713.883	60,16
18°	PI	600	1.102.605	59,16
16°	RO	304	520.214	58,44
15°	CE	1527	2.713.883	56,27
21°	AL	620	1.105.605	56,08
17°	PE	1434	2.751.289	52,12
22°	MA	1265	2.451.464	51,60
20°	BA	2214	4.410.633	50,20
19°	MT	470	954.140	49,26
23°	RR	87	178.020	48,87
24°	PA	1051	2.839.227	37,02
26°	TO	163	483.534	33,71
27°	AP	81	267.274	30,31
25°	AC	83	295.179	28,12
Total		42.585	56.290.168	75,65

Fonte: Balanço Disque 100 (BRASIL, 2019a).

As denúncias dizem respeito às diversas expressões da violência, porém os maiores índices são os relativos à negligência (1.008 denúncias), seguidos dos de violência psicológica (642 denúncias), de violência física (595 denúncias), de violência sexual (359 denúncias), de violência institucional (107 casos), de exploração e de trabalho infantil (67 denúncias).

Gráfico 2 – Índices de violência por tipo – Santa Catarina – 2019

Fonte: Balanço Disque 100 (BRASIL, 2019a).

Contudo, a prática profissional nos leva a perceber que há muitos casos subnotificados, bem como casos notificados em outras instâncias, tais como: Conselhos Tutelares, Delegacias especializadas e os serviços de Saúde e Assistência Social.

Em 2019, o Conselho Tutelar de Balneário Camboriú recebeu 54¹⁹ queixas de violência e exploração sexual infanto-juvenil. A maioria no mês de setembro, no qual foram registrados 9 casos, seguido do mês de agosto, com 7 casos. As queixas ocorreram majoritariamente nos bairros Nações (14 casos), Centro (12 casos) e Municípios (9 casos), uma vez que são as áreas de maior abrangência territorial. A maioria das ocorrências (40 casos) possui a residência como local do incidente e foram predominantemente perpetradas por pessoas conhecidas, especificamente o genitor (10 casos) e o padrasto (9 casos). A faixa etária preponderante das vítimas é dos 8 aos 13 anos.

4.2.1 Caracterizando o *locus* da pesquisa

Considerando-se que o PBF constitui-se como uma política integrativa, mas gerida na assistência social, buscou-se trabalhar e coletar as informações dentro da rede socioassistencial do município de Balneário Camboriú. Foram selecionados três equipamentos que atuam diretamente na gestão do PBF e com crianças vítimas de violências e suas famílias, a saber: o Cras, o Creas e o CadÚnico.

O Cras é uma unidade de proteção social básica que tem como finalidade prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e riscos sociais nos territórios, por meio do

¹⁹ De acordo com os dados repassados *in loco* pelo Conselho Tutelar de Balneário Camboriú à pesquisadora.

desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, bem como da ampliação do acesso aos direitos de cidadania (BRASIL, 2009).

O principal serviço ofertado pelo Cras é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), cuja intenção é a prevenção da ruptura dos vínculos familiares e comunitários, a promoção de ganhos sociais e materiais das famílias e o acesso a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais.

Atualmente, Balneário Camboriú possui três unidades de Proteção Social Básica, quais sejam: o Cras Construindo Cidadania, localizado no bairro São Judas; o Cras Espaço Cidadão, localizado no bairro dos Municípios; e o Cras Nação Cidadã, localizado no bairro Nações. Os equipamentos foram implementados em 11 de dezembro de 2010, 25 de março de 2011 e 3 de março de 2012, respectivamente.

A unidade escolhida para a pesquisa foi o Cras Nação Cidadã, implementado em 2012, pois, dentre os três, é o que apresenta a maior área de cobertura territorial e, conseqüentemente, o maior número de beneficiários do PBF, totalizando 361 famílias, com mais de 3 mil famílias referenciadas nesse Centro. O equipamento possui como território de cobertura os bairros das Nações, Pioneiros, Praia dos Amores, Ariribá, Estados e Centro, totalizando aproximadamente 74.285 mil habitantes (BALNEÁRIO CAMBORIÚ, 2017).

O Creas é uma unidade pública estatal implementada no município em 2009. Trata-se de um Centro de “[...] referência para a oferta de trabalho social a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, que demandam intervenções especializadas” (BRASIL, 2011, p. 8).

Dentre os serviços ofertados pelo Creas, destaca-se o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi), no qual se presta “[...] apoio, orientação e acompanhamento às famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça e violação de direitos” (BRASIL, 2011, p. 48).

causadas por negligência, abandono, ameaças, maus tratos, violência física, psicológica, sexual e discriminações sociais, prestando atendimento prioritário a crianças, adolescentes e suas famílias.

Atualmente, há um único Creas em Balneário Camboriú. No segundo semestre de 2019, estavam em atendimento no Paefi dessa unidade 130 indivíduos e seus familiares, dentre os quais 57 crianças, 13 delas beneficiárias do PBF. Entre as crianças atendidas, 27 eram meninas, e 28 meninos, a maior parte na faixa etária entre 3 e 8 anos. A violação de maior ocorrência é a violência sexual, seguida da negligência e das violências física e psicológica. E

o órgão que mais encaminha as crianças e suas famílias para atendimento especializado é o Conselho Tutelar.

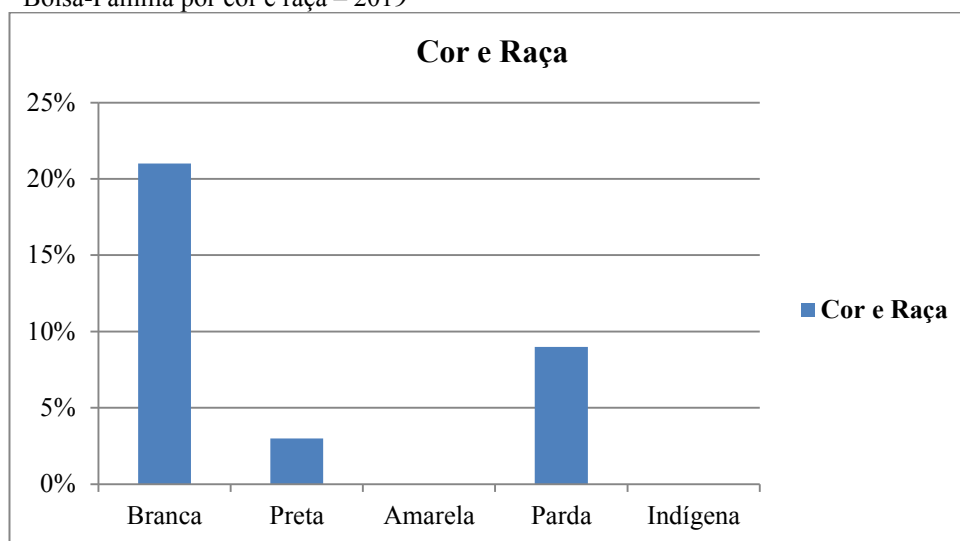
O CadÚnico é um sistema de informações do Governo Federal que viabiliza a identificação das famílias de baixa renda. Através do cadastro, as famílias são selecionadas e incluídas em diferentes programas sociais de cunho federal, estadual e municipal, dentre os quais se destacam: o PBF, a Tarifa Social de Energia Elétrica e o Programa Minha Casa, Minha Vida. No Município. O total de famílias inscritas no CadÚnico em dezembro de 2019 era de 3.958, dentre as quais 856 com renda *per capita* familiar entre R\$ 89,01 e R\$ 178; 1.019 com renda *per capita* familiar entre R\$ 178,01 e meio salário-mínimo; e 1.766 com renda *per capita* acima de meio salário-mínimo (BRASIL, 2019b).

4.3 PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ, SC

Ao se traçar o perfil das famílias, verificou-se que a maioria das pessoas beneficiárias são do sexo feminino, tendo-se em vista que o cadastro é realizado prioritariamente no nome das mulheres, pois recai sobre elas a responsabilidade pela administração do benefício, além do cumprimento das condicionalidades. O Estado exige das mulheres a execução de tarefas relacionadas à proteção social da família, naturalizando e reproduzindo relações patriarcais e a divisão sexual do trabalho pautada na desigualdade de gênero. Ainda assim, não se pode invalidar as contribuições do Programa na satisfação das necessidades básicas das famílias beneficiárias.

A maior porcentagem de famílias beneficiárias encontra-se majoritariamente entre pessoas na faixa etária de 7 a 15 anos (5% das famílias cadastradas no CadÚnico e beneficiárias do PBF), divididas entre as cores branca (21% das famílias cadastradas no CadÚnico e beneficiárias do PBF) e parda (9% das famílias cadastradas no CadÚnico e beneficiárias do PBF). A realidade do município é reflexo da realidade do estado de Santa Catarina, onde “[...] os descendentes africanos, quando comparados com outros grupos, de outras origens étnicas, têm sido, de um modo geral, considerados como um grupo minoritário” (LEITE, 1991, p. 5), tendo em vista a colonização euro-brasileira por parte de açorianos, alemães, italianos e poloneses. O sul do Brasil é caracterizado como a ‘nova Europa’, em razão do processo de branqueamento pelo qual passou a região. Porém, cabe refletir sobre a questão da invisibilidade de sujeitos cuja existência é ignorada. Essa invisibilidade é tensionada e acirrada pelo racismo estrutural, historicamente construído pelos modelos de produção do país.

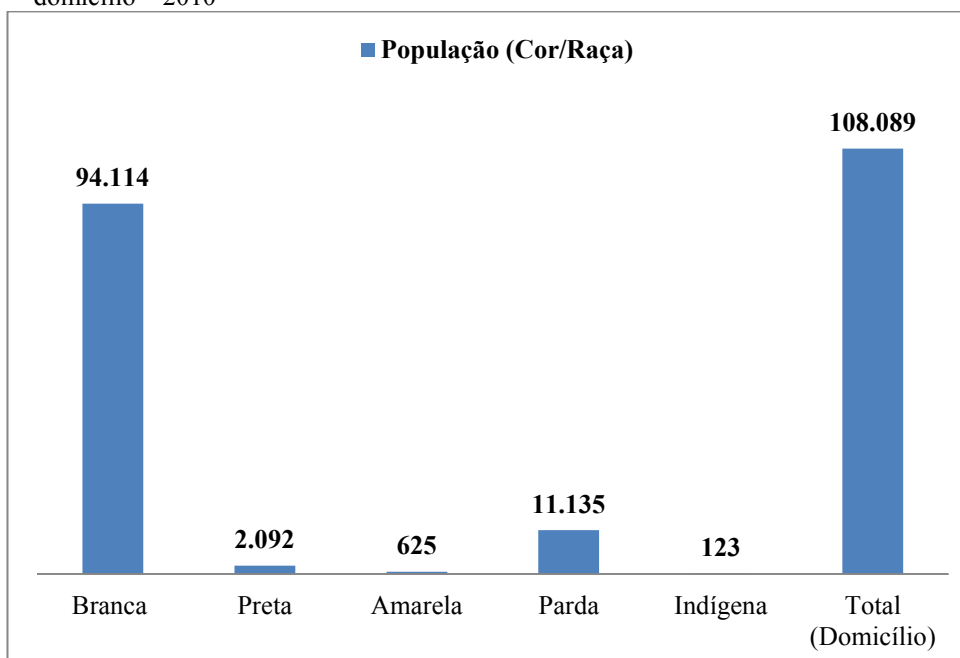
Gráfico 3 – Porcentagem de famílias cadastradas no CadÚnico em Balneário Camboriú, SC, e beneficiárias do Bolsa-Família por cor e raça – 2019



Fonte: Brasil (2019b).

A maioria dos beneficiários brancos e pardos reflete proporcionalmente o percentual da população local, conforme demonstrado no Gráfico 4, abaixo:

Gráfico 4 – População residente no Município de Balneário Camboriú, SC, por cor/raça, segundo a situação do domicílio – 2010



Fonte: IBGE (2010).

Embora 1,94% da população seja composta por negros, percebe-se que, entre os que recebem o Bolsa-Família, a proporção de negros é maior, chegando a 3%.

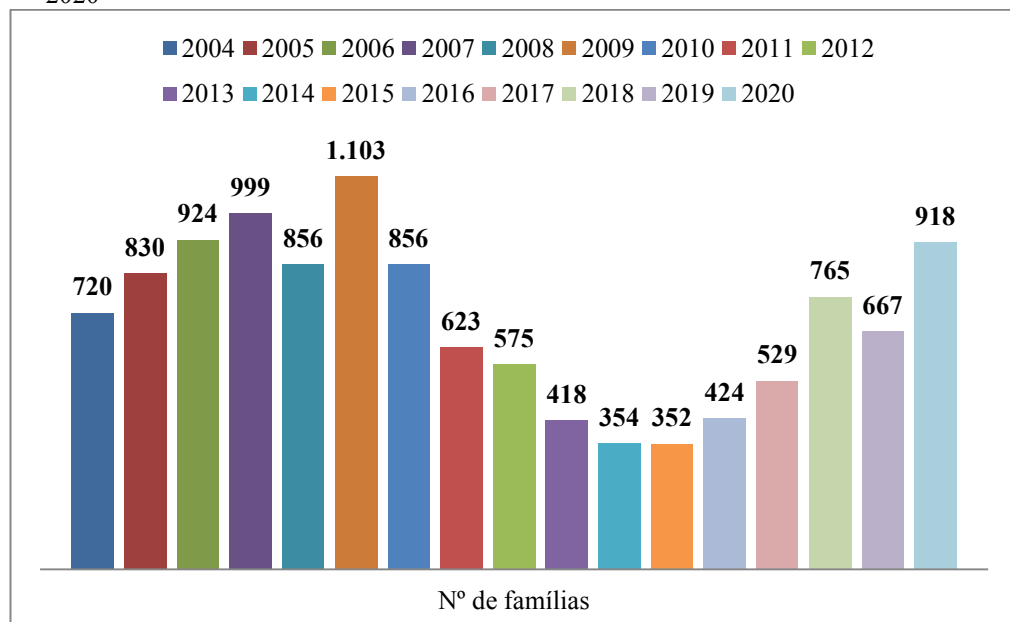
Os dados demonstram que, das famílias cadastradas no CadÚnico que são beneficiárias do Bolsa-Família, 21% encontram-se em situação de extrema pobreza; 8% em situação de pobreza e 2% são caracterizadas como de baixa renda.

No início do Programa, estima-se que 52,48% (novembro/2006) das famílias foram acompanhadas no cumprimento da condicionalidade educacional, referente à frequência escolar. Atualmente, 93,77% (novembro/2019) dos beneficiários foram acompanhados, através do Sistema Presença, articulado ao CadÚnico do município.

Em Balneário Camboriú, há aproximadamente 3.958 famílias cadastradas no CadÚnico, dentre as quais 918 são beneficiárias do PBF (fevereiro/2020); destas últimas, duas famílias são de origem quilombola. O índice de famílias beneficiárias equivale a 1,89% da população total do município e inclui 393 famílias que, com a complementação de renda do Programa, saíram da situação de extrema pobreza.

O ano com maior índice de famílias beneficiárias do Programa em Balneário Camboriú foi 2009, seguindo a tendência nacional, quando atingiu o total de 1.103 famílias. Em contrapartida, o ano com os menores índices foi 2015, com o total de 352 famílias beneficiárias.

Gráfico 5 – Número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa-Família em Balneário Camboriú, SC – 2004-2020



Fonte: Brasil (2019b).

Nota: Números referenciados ao mês de dezembro, exceto no ano de 2020, que faz referência ao mês de fevereiro).

No mês de julho de 2019, foram repassados R\$ 156.121,00 às famílias beneficiárias, o que corresponde ao valor médio de R\$ 170,07 por família.

No município, 847 crianças e adolescentes (0 a 17 anos) apresentam perfil para acompanhamento da condicionalidade da educação, a frequência escolar. Ao todo, 788 crianças e adolescentes foram acompanhados, atingindo uma cobertura de acompanhamentos de 93,3%, índice acima da média nacional. Destaca-se que há sete crianças e adolescentes em descumprimento da condicionalidade de educação, dentre os quais três por motivo de saúde, em sua maioria, adolescentes.

4.4 AS NARRATIVAS PROFISSIONAIS E AS REFLEXÕES DAS CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA NAS TRAJETÓRIAS DE VIDA DAS CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA ATENDIDAS NA REDE SOCIOASSISTENCIAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ, SC

O perfil dos entrevistados é predominantemente feminino; os profissionais exercem as funções de assistentes sociais e psicólogas e não residem no território em que atuam profissionalmente. A motivação profissional dos sujeitos entrevistados para ingressar nesse campo é variada, perpassando por vivências pessoais e pelo desejo de atuar com populações vulnerabilizadas por questões socioeconômicas. Todos os entrevistados possuem mais de nove anos de atuação profissional, percorrendo entre setores privados e públicos, nas áreas da saúde e da assistência social. Três dos cinco participantes já atuaram em coordenações de equipamentos e na gestão da política e de conselhos de assistência social do município.

O PBF vem assumindo centralidade na política social brasileira. A pesquisa demonstrou que os técnicos da rede socioassistencial de Balneário Camboriú consideram o Programa fundamental para a superação da situação de extrema vulnerabilidade social e o enfrentamento da violência contra a criança, principalmente no atual contexto político, marcado pela “ascensão de uma onda conservadora” (BOULOS, 2016, p. 29). Vivenciamos a constante ameaça de desconstrução das “[...] políticas nacionais de garantias sociais básicas, cujas principais implicações estão voltadas aos cortes de programas sociais à população de baixa renda, à diminuição dos benefícios de seguridade social e à criminalização da pobreza” (PEREIRA, 2000, p. 56) e, conseqüentemente, ao acirramento da luta de classes.

No atual cenário político, esse mínimo que a gente conquistou, a gente está quase perdendo, por isso eu faço a defesa do Bolsa-Família. (Entrevistado 4, informação verbal).

As diferentes categorias profissionais se posicionam em defesa do Programa e da assistência social como direito, visando assegurar a proteção e o mínimo social às famílias. Acreditam que o Programa atua diretamente na construção da justiça social e na garantia dos direitos, especificamente através das condicionalidades. Estas são vistas “[...] como instrumentos capazes de fazer com que os cidadãos de mais baixa renda busquem seus direitos” (THOMÉ, 2013, p. 123), bem como auxiliam na identificação das famílias que vivem marginalizadas e em áreas de difícil acesso, como relatado por uma das técnicas entrevistadas:

Um caso que me chamou atenção foi o de uma família que mora na Região dos Quilombolas, pois é uma população a que a gente não tem muito acesso, pela distância da moradia. Eles vieram para atendimento, e a única renda era o Bolsa-Família. A gente percebeu toda a questão do acesso à educação, à saúde e à política de assistência social, da qual, talvez, eles não tivessem conhecimento se não estivessem inscritos no Programa Bolsa-Família. (Entrevistado 3, informação verbal).

A comunidade quilombola ‘Morro do Boi’, em Balneário Camboriú, SC, teve seu território reconhecido somente no ano de 2018. Seus membros vivem à margem da sociedade e em condições precárias de moradia, de acesso ao transporte público, à educação, à assistência social, à saúde, entre outros serviços públicos. Observa-se que a extrema pobreza tem um forte caráter de raça, mesmo no município de Balneário Camboriú, onde estatisticamente há poucos negros.

Neste caso, a inserção no Programa Bolsa-Família contribuiu para a visibilidade da demanda de proteção social à família quilombola, assegurando-lhe condições de acesso aos serviços essenciais, devido às condicionalidades.

O Bolsa-Família amplia o acesso à transferência de renda e proporciona maior visibilidade pública ao risco social, transcendendo a esfera privada e coletivizando os debates acerca da desigualdade social e da violência.

Se a família não é acompanhada pelo poder público, acaba ficando no âmbito da queixa para um vizinho, um familiar e acaba não saindo daquilo. Então, quando se tem um profissional do Suas [Sistema Único de Assistência Social] preparado, ele vai realizar uma série de reflexões para que ela se sinta empoderada, confiante, para romper o ciclo da violência. Acho importante, pois senão ficaria apenas no âmbito privado. (Entrevistado 4, informação verbal).

Discorrendo sobre a responsabilidade do Estado e a “necessidade da sua presença” (THOMÉ, 2013, p. 135) na trajetória das famílias em vulnerabilidade socioeconômica, o Entrevistado 3 teceu as seguintes considerações:

Considero muito importante, pois retira da pobreza e da extrema pobreza as famílias que dificilmente saíram desse contexto sem a contribuição do Estado. (informação verbal).

Os entrevistados consideram que o Programa traz contribuições para a trajetória de vida das crianças vítimas de violência, pois lhes garante a subsistência e o acesso à educação, à saúde e à assistência social. E, garantindo sua permanência na escola, reduz os riscos sociais relacionados à violência, baseado na premissa de que “[...] os mais pobres não têm oportunidades suficientes e estão mais expostos aos riscos” (THOMÉ, 2013, p. 110).

Entretanto, foi destacado que

Ampliar o tempo em que a criança permanece na escola é de grande importância para a construção da justiça social, contudo só isso não basta. A educação deve ter um programa político-pedagógico que potencialize as transformações sociais necessárias, ou seja, para isso a educação deve passar a se reconhecer também como política pública de defesa e garantia de direitos. (Entrevistado 3, informação verbal).

As condicionalidades foram positivamente enfatizadas pelos entrevistados, como o acesso, a garantia e a viabilidade dos direitos sociais:

[O PBF] Atua na garantia de direitos, na garantia da educação, da frequência e também, indiretamente, quando elas ficarem doentes, elas vão ter que ser atendidas na saúde, porque necessitam de atestado médico para justificar a falta na escola. Então, garante o direito à saúde e à educação. Viabiliza o direito. (Entrevistada 1, informação verbal).

Acho que as condicionalidades não são punição, embora muitos achem que é um castigo. Acredito que foi bem pensado, no sentido de estimular o acesso às políticas e garantir a frequência escolar, pois dá um indicativo. (Entrevistada 4, informação verbal).

Com esta norma, o Programa garante que as famílias tenham melhor acesso à educação e à saúde. (Entrevistada 5, informação verbal).

As condicionalidades são vistas como um contrato entre as famílias e o Estado, garantindo o investimento das famílias em políticas que auxiliarão “[...] no desenvolvimento de suas capacidades, para que possam, com a presença de políticas governamentais [...], dispor das condições mínimas necessárias para garantir para a si a possibilidade de um processo de inclusão” (COHN; FONSECA, 2004). O programa ainda contribui para a conscientização das famílias acerca da importância da educação para as crianças e adolescentes, conforme ressaltado por uma das entrevistadas:

Por questão de escolaridade, muitas famílias não veem importância na educação. (Entrevistada 1, informação verbal)

A educação não é considerada primordial para algumas famílias, tendo em vista que é tida como um investimento de longo prazo. As famílias têm necessidades de subsistência e de suprimento das demandas pontuais e imediatas, através do trabalho prematuro e da submissão a condições infames de exploração. O Programa contribui com a subsistência familiar, permitindo “[...] a parcelas importantes da população melhorar seu bem-estar e aumentar a renda e o consumo, o que facilita a superação de pobreza e indigência a curto prazo” (THOMÉ, 2013, p. 114).

[O PBF] *Contribui para o acesso a transporte, alimentação, oferecendo-lhes vestuário, entre outras necessidades importantes para a concretização da escolarização.* (Entrevistado 2, informação verbal).

Contudo, a transferência de renda por meio do Bolsa-Família é apenas uma saída imediatista e focalizada, que não dá “[...] conta de enfrentar os desafios, de fatos sistêmicos e estruturais, que envolvem a cotidiana realidade da violência: desigualdade social, a formação educacional deficiente, a crise econômica, a recessão, a corrupção, o desemprego [...]” (SCHWARCZ, 2019, p. 160), frutos das relações capitalistas hegemônicas, vinculadas às condições econômicas, políticas, sociais e ideológicas.

Apesar disso, todos os técnicos frisaram a importância do BPF na expansão dos valores repassados às famílias, tendo em vista a qualidade do atendimento às necessidades básicas dos beneficiários:

É um programa de transferência de renda importante para a superação da situação de vulnerabilidade econômica, mas eu acho que o valor ainda é pequeno para atender às necessidades [...]. Mas acho muito importante para as famílias, porque elas têm um pouco de dignidade em função desse pequeno valor e conseguem dar conta com esse mínimo. (Entrevistado 4, informação verbal).

A ampliação da renda *per capita* permitiria que os beneficiários buscassem por oportunidades no mercado formal sem perderem a complementação de renda pelo Bolsa-Família:

O valor da renda mensal de R\$ 89 a R\$ 178 deveria aumentar. Pois o governo não abate os gastos, apenas aquilo que ganha, então a grande maioria, que recebe um valor maior e tem gastos básicos de sobrevivência, não consegue entrar no Programa e passa grandes dificuldades financeiras, podendo considerar até a pobreza extrema. (Entrevistado 5, informação verbal).

A per capita ainda é baixa, é quase um pobre, miserável, e a pessoa, quando acessa, não é por estar com renda baixa, e sim por estar sem renda. (Entrevistado 4, informação verbal).

Normalmente, as mulheres que recebem o Bolsa-Família fazem diárias para complementar a renda e não perder a renda mínima [o benefício]. (Entrevistado 1, informação verbal).

Muitas das famílias, diante da necessidade de completar a renda, acabam se inserindo no mercado de forma precária e informal, de modo a não perderem o auxílio, tendo em vista que, a partir do momento em que a carteira de trabalho é assinada, os dados são cruzados no CadÚnico e, por vezes, os usuários perdem o benefício do PBF.

Com relação às crianças vítimas de violência e beneficiárias do Bolsa-Família, os relatos evidenciaram que parte das famílias já sofreram algum tipo de violência em suas trajetórias de vida:

Mais de 50% das famílias beneficiárias sofrem ou já sofreram algum tipo de violência. (Entrevistado 5, informação verbal).

A maioria das famílias beneficiárias são mães sozinhas e que, em algum momento da sua vida, já passaram por situações de violência doméstica e abandono. (Entrevistado 1, informação verbal).

A violência atinge todas as classes sociais, raças, gêneros e idades. Mas os relatos evidenciaram que a violência é intensificada pela situação de pobreza e pela dificuldade cotidiana em garantir a sobrevivência. A tensão social diante da responsabilidade de garantir a reprodução da família culmina em opressão e violência no ambiente doméstico, sendo as crianças e as mulheres as principais vítimas.

Os aparatos do sistema naturalizam a violência a ponto de apresentá-la como inevitável. A miséria, a fome, o desemprego e a depreciação dos direitos sociais são tratados na esfera privada, haja vista a negação de sua responsabilidade por parte do Estado. A violência revela-se nas relações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural e na ausência de direitos (CHAUI, 2018).

O encolhimento do espaço público, a recusa de marcos regulatórios estatais, a competitividade, a soberania do mercado e a velocidade vertiginosa de acumulação e lucratividade tornam os seres humanos descartáveis, enfraquecem e violentam a coletividade, violando direitos e reproduzindo a desigualdade em larga escala.

As narrativas expressam a ideia de que o PBF se encontra diretamente relacionado ao enfrentamento da violência, pois torna os beneficiários visíveis aos olhos do poder público e das políticas de assistência social, saúde e educação, além de promover o acesso à renda mínima e o aumento no nível de subsistência da família. Porém, a pobreza é crescente no Brasil, e os determinantes da violência envolvem fatores estruturais relacionados à produção e

reprodução da desigualdade social, à desresponsabilização do Estado, à repressão, à individualização da pobreza e à violação de direitos sociais e fundamentais. As políticas sociais são instâncias de mediação da execução da violência estrutural, visto que apenas reduzem a latência da Questão Social.

[...] [o PBF] *possibilita a mulher usuária ter independência financeira do companheiro, podendo, então, romper com o ciclo da violência.* (Entrevistada 4, informação verbal).

O Programa consegue garantir minimamente o enfrentamento às violências, porque, indiretamente, a criança tem que estar na educação, e o pedagogo vai ter um olhar mais direcionado para a criança e conseguir identificar possíveis violências (física, suspeita de violência sexual). O fato de estar inserida na escola já é uma diferença. Se a gente analisar, o Programa Bolsa-Família está totalmente relacionado à inserção das crianças na escola. (Entrevistado 1, informação verbal).

Diante das falas acima destacadas, verifica-se que o PBF, dentro dos seus limites e contradições, contribui para o fortalecimento das mulheres através do acesso à renda e da subsistência familiar, assim como para o processo de reflexão acerca do rompimento do ciclo de violência. Contudo, não garante a igualdade de acesso aos bens e serviços, tampouco o enfrentamento à realidade social imposta pelo capitalismo. Apesar de o Programa ter contribuído para minorar a situação de pobreza no Brasil, seus resultados ainda são ínfimos em relação à concentração de renda. Portanto, a política social se faz necessária, a fim de manter o ciclo econômico da reprodução social.

Verificou-se também que a condicionalidade educacional se apresenta como uma via de mão dupla, atuando não só como mecanismo de responsabilização das famílias mas também como mecanismo de proteção às crianças. A escola permite que as crianças permaneçam afastadas parcialmente dos ambientes domésticos violentos, sob a atenção e o olhar atento dos profissionais da educação. Contudo, não se pode fechar os olhos para as violências no espaço escolar, que também acometem e trazem consequências para as crianças. A escola se torna um espaço de prevenção à violência doméstica, bem como de discussão, reflexão e intervenção no enfrentamento da violência contra as crianças.

Sobre esse ponto, os entrevistados assim se pronunciaram:

As duas questões [violência e pobreza] estão entrelaçadas, porém não são determinantes. (Entrevistado 2, informação oral).

As vulnerabilidades sociais e econômicas influenciam a ocorrência e a manutenção da violência no âmbito intra e extra familiar, e o Programa contribui consideravelmente nesta questão. (Entrevistado 2, informação oral).

Tem famílias que estão passando por uma situação específica, mas tem boa rede de apoio e acabam recebendo o benefício e depois conseguem ter independência e autonomia. (Entrevistado 1, informação oral).

Diante desta intersecção entre violência e pobreza, observa-se que as desigualdades mais relevantes dizem respeito às seguintes categorias: classe social, gênero, raça e faixa etária. Nas regiões onde as mazelas do desenvolvimento são maiores, há maior incidência de violência, e os dados indicam superioridade no número de homicídios entre homens e mulheres negras²⁰ (pretos/as e pardos/as) em comparação a homens e mulheres brancas.

Atualmente, a pauta do aborto ilegal voltou a ser discutida no Brasil, durante o desenrolar do caso da criança que engravidou após ser vítima de abuso sexual. A campanha conservadora de negação à educação sexual no ensino escolar público prejudica a conscientização das crianças, especificamente as pobres, uma vez que as escolas privadas possuem maior autonomia para a construção do currículo em relação às políticas do Estado, que atingem diretamente a escola pública brasileira.

No Brasil, a cada 100 estupros, 63,8 são cometidos contra crianças e adolescentes de até 14 anos, e Santa Catarina está entre os estados com a maior incidência de casos de abuso sexual nessa faixa etária,²¹ especialmente contra meninas. Esta realidade é verificada também no município de Balneário Camboriú, onde, das 130 pessoas atendidas pelo Creas por violação de direitos, 80 são crianças ou adolescentes e 30 sofreram violência sexual.

O Bolsa-Família permite às famílias uma saída imediata da condição de pobreza, através do acesso à renda e da inserção nas políticas de educação, saúde e assistência social. Além disso, o Programa possibilita a conscientização acerca dos direitos sociais e proporciona uma saída da situação de dependência econômica para com o(a) autor(a) das violências. Entretanto, diante dos relatos sobre as contribuições do Programa na trajetória de vida das crianças vítimas de violência, o PBF teve seus limites explicitamente relatados pelos técnicos da rede socioassistencial de Balneário Camboriú, SC.

A desarticulação da rede foi citada como um dos entraves ao processo de gestão do Programa, bem como à intervenção dos profissionais. A intersetorialidade foi “[...] apontada como um dos fatores fundamentais para o bom desenvolvimento dos programas de transferência condicionada” (THOMÉ, 2013, p. 123), pois promove a integralização do cidadão ao sistema de proteção universalizado.

²⁰ O índice é 74% superior para homens negros e 64,4% para mulheres negras (IPEA, 2020).

²¹ VENCESLAU, Igor. **Cartografia do Estupro**. São Paulo: USP, 2020.

Se a rede tivesse melhor conectada, no sentido de articular os trabalhos, de realizar em conjunto [...] A competência técnica e da rede como um todo, às vezes, faz com que o Programa não alcance o seu objetivo. (Entrevistada 1, informação oral).

O principal limite que vejo diz respeito aos profissionais que atendem e acompanham as famílias e ainda possuem uma visão assistencialista, moralista e, muitas vezes, machista sobre aquelas pessoas que chegam aos serviços e programas. (Entrevistado 3, informação oral).

A partir dessas narrativas, observa-se a preponderância do senso-comum e a desconsideração da totalidade das relações sociais. O sistema capitalista produz e reproduz constantemente a desigualdade social e tem na miséria a condição essencial para a produção “[...] incessante de seres sociais necessitados o suficiente para vender a força de trabalho” (FONTES, 2017, p. 412) e se submeterem a condições desastrosas de exploração. E estes são os sujeitos demandantes de serviços sociais, confrontados pelas relações de desigualdade, exploração e exclusão, que buscam o acesso ao direito social para garantir sua subsistência.

As demandas impostas aos profissionais exigem a análise da totalidade das relações sociais e de poder, a fim de que possam refletir sobre a correlação de forças.

Outro limite diz respeito aos preconceitos da população em relação aos beneficiários, cujas trajetórias marginalizadas perante o sistema são cotidianamente desmerecidas.

E tem limites, relacionados ao preconceito da população. (Entrevistado 1, informação oral).

O que me surpreendeu é que as pessoas têm uma visão errada do Bolsa-Família, né? Que a família vai sobreviver com R\$ 80, que é mandrião, que quer ficar em casa. Mas a gente sempre fazia a reflexão de que o Bolsa-Família é importante para a família, a gente sabe que é pouco para um programa de transferência de renda, e a família não consegue se manter com ele, mas é necessário naquele momento, nem que seja para um pão, para comprar o básico. (Entrevistado 4, informação oral).

A provisão de ‘mínimos sociais’ é uma resposta social tipicamente liberal, que defende a ideia de que “[...] os indivíduos acreditam que seu bem-estar depende, em essência, de seus próprios esforços e decisões” (HAYEK, 1985, p. 93), bem como responsabiliza as famílias por suas condições de pobreza, respondendo isolada e emergencialmente a esta expressão da Questão Social. Pereira (2006, p. 16) afirma que esse tipo de resposta social não é inspirado no ideário da cidadania, pois visa [...] tão somente regular e manter vivas as forças laborais pauperizadas, para garantir o funcionamento do esquema de dominação prevalecente”.

A individualização e a responsabilização pelo próprio bem-estar se inscrevem na perspectiva do neoliberalismo, tornando a família e/ou o indivíduo o centro das ofertas dos

serviços, programas, projetos e benefícios ofertados pelas políticas sociais. Teixeira (2009, p. 259) alerta para “[...] a contradição entre cuidar e proteger a família ou fornecer meios para que ela cuide dos seus membros”, o que visa reforçar as tradicionais funções de proteção social da família. Esse princípio “[...] pode levar a reeditar antigos conservadorismos” (TEIXEIRA, 2009, p. 261), expressos na responsabilização e na culpabilização das famílias por suas próprias condições de vida, desconsiderando-se as bases estruturais desiguais à que estão submetidas.

A “[...] política social está inextricavelmente relacionada ao Estado, governos, políticas e aos movimentos da sociedade” (PEREIRA, 2011, p. 172) no esforço de amenizar os efeitos do sistema capitalista. Uma política permeada pela imediatividade, pela focalização das ações e pelas contradições. A assistência social encontra-se atrelada aos paradigmas históricos de sua origem. Nesta fusão entre as conquistas sociais e os processos de implementação da política econômica ante o neoliberalismo, a política de assistência social “[...] volta a ser pensada na órbita dos civis e políticos, deixando os sociais para a caridade da sociedade e para a ação focalizada do Estado” (COUTO *et al.*, 2012, p. 70). Há clareza sobre o fato de que a política social é um processo histórico, sempre em movimento, que sofre constantes mutações, decisões e interesses.

Permeado pelo contexto massivo do desemprego e do agravamento das desigualdades sociais, o Estado pôs em curso novas ações e estratégias no âmbito da política social, garantindo a reprodução da força de trabalho por meio dos programas sociais de renda mínima.

E, por fim, os entrevistados destacaram o limite de gastos que as famílias possuem, mas que não são levados em conta pelo governo, o que faz com que elas não acessem o Programa e permaneçam em situação de pobreza:

O governo não abate os gastos, apenas aquilo que a família ganha, então a grande maioria, que recebe um valor maior e tem gastos de sobrevivência, não consegue acessar o Programa e passa grandes dificuldades financeiras, podendo considerar até a pobreza extrema. (Entrevistado 5, informação oral).

Entre conquistas e limites, as narrativas demonstraram que o PBF vem trazendo contribuições para as trajetórias de vida e de escolarização das crianças beneficiárias, especificamente as vítimas de violência atendidas na rede socioassistencial de Balneário Camboriú, SC. A transferência de renda a partir do Bolsa-Família garante o acesso à renda e a

subsistência familiar em patamares mínimos, além de reduzir os riscos de violência contra as crianças por meio das suas condicionalidades.

No atual contexto social, político e econômico, os governos liberais estão solicitando o retorno das discussões dos programas de transferência de renda ou de renda mínima ao âmbito da política social, em razão da crise do Estado capitalista e dos baixos índices de consumo. Esses programas, ao mesmo tempo em que garantem condições mínimas de subsistência, contribuem para a manutenção e reprodução do capital, uma vez que são pertencentes à política social do Estado capitalista.

Mas o fato de o Programa não atingir a totalidade não nos permite ignorar as suas contribuições na vida dos beneficiários.

Com a crise da Covid-19, houve ameaças de corte de gastos com o PBF no âmbito das medidas de enfrentamento à pandemia propostas pelo Governo Federal. Apesar disso, o Ministério da Cidadania, por meio da Portaria nº 335/2020, estabeleceu a suspensão dos bloqueios e cancelamentos dos benefícios.

Houve também propostas de modificação no planejamento e na gestão do Programa. O Governo pretende implantar o Renda Brasil, unificando os valores dos auxílios federais (Bolsa-Família, Seguro-Defeso, Fundo de Amparo ao Trabalhador), o que atenua os efeitos mais perversos da pobreza, muito embora se pautem na compreensão de que o desemprego e a exclusão social são inevitáveis, mantendo assim os interesses econômicos e de mercado.

Diante disso, percebe-se a tentativa de dar novas roupagens para as políticas sociais, muito embora a perspectiva perversa e estrutural permaneça sendo mantida pelo Estado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância da pesquisa sobre as contribuições do Programa Bolsa-Família na trajetória de vida e de escolarização das crianças vítimas de violência decorre da problemática da materialidade das relações sociais e da produção e reprodução das desigualdades sociais perpetradas pelo sistema capitalista. Buscou-se compreender a relação entre a transferência de renda e o ciclo da violência, bem como resgatar a historicidade do processo de transição para o sistema capitalista, enfatizando-se a tendência do Estado em marginalizar a pobreza e torná-la um ‘caso de polícia’, a partir da sua desresponsabilização pelas garantias sociais, a fim de responsabilizar e culpar os indivíduos por suas condições socioeconômicas, negando a totalidade. Agindo desse modo, o Estado preserva o sistema de exploração da classe trabalhadora, sujeitando-a a condições desumanas, exaustivas e miseráveis de trabalho, produzindo e reproduzindo acirradamente a desigualdade social, mantenedora do sistema. A história evidencia que a violência foi um instrumento de disciplinamento dos indivíduos à ordem social emergente, através do controle e do domínio da força de trabalho.

O desenvolvimento do capitalismo, o processo acelerado de industrialização e os resistentes conflitos e mobilizações da classe trabalhadora exigiram uma resposta do Estado diante das condições de miserabilidade da população. A partir disso, legislações fabris pontuais foram criadas, contudo as repressões violentas por parte do Estado também cresceram. Observa-se que, durante os séculos XVII e XVIII, as iniciativas do Estado no território internacional eram assistencialistas, repressivas e tomavam o trabalho como categoria central, sobre o qual exerciam forte disciplina. A “[...] assistência e [a] repressão caminharam juntas por muito tempo” (FALEIRO, 1997, p. 13). Como modalidades de política social, as complementações salariais contribuíam para a crescente exploração dos trabalhadores, através da redução salarial deliberada por parte dos empregadores e do anseio pela complementação da renda advinda do Estado. Cenário semelhante ao vivenciado na atualidade, durante a crise sanitária de Covid-19, em razão dos embates em torno dos auxílios financeiros do Governo Federal.

No Brasil, a construção dos direitos sociais consolidou-se em meio a uma cultura patrimonialista, ajustada pelo favor e pela garantia de privilégios às classes dominantes, enquanto os trabalhadores sofriam com a repressão e a exploração. O processo de crise do capital, desencadeado pelo endividamento, pelo desemprego e pela pobreza massiva, levou à reestruturação estatal sob moldes neoliberais, estabelecendo uma política econômica máxima para o capital e mínima para o social, em flagrante contradição com o discurso veiculado pela

Constituição Federal de 1988, promulgada poucos anos antes, negando assim os direitos sociais e instituindo políticas sociais focalizadas, a fim de prover o mínimo existencial à população.

O Programa Bolsa-Família reitera a nova tendência em matéria de políticas sociais e, através da transferência de renda às famílias em situação de extrema pobreza, proporciona uma autonomia fetichizada, complementando o que não é garantido pela inserção econômica. É um Programa que articula educação, saúde e assistência social por meio do cumprimento de certas condicionalidades, buscando assim garantir a inclusão social e a viabilidade dos direitos sociais aos beneficiários.

Conduzido pela perspectiva neoliberal, o Bolsa-Família busca apaziguar as situações de pobreza. Todavia, desconsidera a totalidade e o real originador da pobreza e da desigualdade social, intervindo paliativamente na melhoria da qualidade de vida da população, garantindo a manutenção e o controle da pobreza, bem como mantendo a legitimidade do Estado. Yazbek (2012, p. 310) afirma que ainda se cultiva “[...] a ilusão de que o problema da pobreza será resolvido pela Política Social”, ignorando-se assim a divisão de classe e o modo de produção capitalista, no qual a contradição e a relação de exploração do trabalho produzem a pobreza.

As políticas sociais têm seus limites de crescimento estabelecidos pelo capital, e o Estado propõe programas sociais capazes de garantir a ordem pública com a integração da classe empobrecida. O Estado cria estratégias de enfrentamento da pobreza, pois o decréscimo das condições de vida da população sinaliza conflitos que ameaçam a ordem político-econômica em expansão (ALGEBAILLE, 2009), os quais devem ser desarticulados.

Com as políticas sociais, o Estado busca apaziguar as demandas da população, pois o sistema depende da exploração para se manter. Em vista disso, claro é que não há qualquer intenção de erradicar a pobreza; é ingenuidade pensar que a eliminação da pobreza pudesse ser realizada pelo Estado, que é o produtor das relações capitalistas.

Ao longo do trabalho, a violência foi contextualizada como fenômeno multidimensional que perpassa a sociedade sob perspectivas macrosociais, a partir do contexto social violento regido pela ótica do lucro e da acumulação, que condena a classe trabalhadora a condições de miséria, fome e violência. Os dados apresentados demonstram que a violência é um fenômeno interseccionado por categorias como: classe social, gênero, raça e faixa etária. Disso se pode concluir, portanto, que a condição de pobreza da classe trabalhadora aumenta os riscos de violência intrafamiliar.

A pesquisa demonstrou que o Bolsa-Família é um programa fundamental para a superação da situação de extrema pobreza, bem como para o enfrentamento da violência contra as crianças, especificamente neste período histórico, marcado pela ascensão da política conservadora e liberal, que intensifica a marginalização da pobreza.

Em meio a esse cenário, o PBF atua na perspectiva da construção e da garantia de direitos; e a partir das condicionalidades, viabiliza o acesso às políticas sociais, tais como educação, saúde e assistência social. Com isso, proporciona visibilidade às demandas pelas quais o Estado é responsável, transcendendo a esfera privada.

De modo geral, as narrativas dos sujeitos da pesquisa atestaram a importância e a contribuição do Programa na trajetória de vida das crianças vítimas de violência, especificamente pela proteção social e pela garantia de condições mínimas de subsistência às famílias. No entanto, seus relatos não expressam análises macrosociais, que considerem a totalidade, a reprodução das desigualdades sociais e o controle sobre a população empobrecida.

No entanto, observa-se que, ao exigir a condicionalidade no âmbito da educação, o Programa consegue estabelecer e promover a proteção social das crianças, pois a inserção no ambiente escolar reduz os riscos sociais relativos à violência doméstica. Além disso, as condicionalidades também conscientizam sobre a importância da educação infantil, tendo em vista que nem todas as famílias a consideram primordial, pois têm necessidades imediatas de subsistência, que são satisfeitas com a inserção prematura no mercado informal de trabalho, no qual se submetem às piores e mais aviltantes condições de trabalho. Nesse sentido, é necessário reconhecer o mérito e o importante papel do PBF no combate à violência e ao trabalho infantil, assim como no acesso à educação.

A pesquisa também refletiu sobre a importância da ampliação dos valores financeiros repassados aos beneficiários, pois, diante da insuficiência dos valores atuais, as famílias acabam se inserindo informalmente no mercado de trabalho, a fim de não perderem o auxílio, o que contribui para a manutenção dos processos de exploração e degradação das condições de trabalho e dos direitos desta classe.

A violência é um fenômeno que acomete 50% das famílias beneficiárias no município de Balneário Camboriú, de acordo com as narrativas dos profissionais da rede de atendimento, atingindo, prioritariamente, a classe empobrecida. Esse dado revela o perfil das vítimas da violência: majoritariamente a população pobre, do gênero feminino e da raça negra ou parda. A luta e a dificuldade em garantir a subsistência familiar culminam em opressão e violência no ambiente doméstico. O sistema responsabiliza as famílias pela situação de pobreza, como se

ela fosse algo natural, dado *a priori*, ou ainda uma escolha individual. Assim, o Estado se desresponsabiliza pela Questão Social.

A negação dos marcos regulatórios estatais perante os direitos sociais e os processos exacerbados de acumulação enfraquece e violenta a sociedade e as demandas coletivas, reproduzindo desigualdades em larga escala.

De forma sintética, dentro de seus limites e possibilidades, o PBF atua fortemente na garantia da subsistência familiar e na redução dos riscos sociais relacionados às violências intrafamiliares. Contudo, não realiza um enfrentamento às questões macrosociais, pois não garante aos beneficiários autonomia, nem lhes proporciona ascensão social, tampouco emancipa a classe trabalhadora de sua condição de explorada. Mesmo que o Bolsa-Família contribua para minimizar a situação de extrema pobreza, seus resultados ainda são insuficientes para mitigar a concentração de renda no país, de tal sorte que a política social serve apenas para manter o ciclo econômico e reafirmar as desigualdades sociais.

Atualmente, a crise sanitária acirrou o fenômeno da violência, em razão das determinações de confinamento social, que colocaram as famílias em convívio doméstico forçado, muito embora a residência seja o local de maior incidência da violência contra as crianças, totalizando 74,1% dos casos de violência registrados pelo Conselho Tutelar do município de Balneário Camboriú no ano de 2019 e 88% dos casos no ano de 2020.

No início da pandemia, a Prefeitura de Balneário Camboriú disponibilizou um auxílio no valor de R\$ 100 para as famílias que recebem o Bolsa-Família e têm filhos matriculados em creches do município. De acordo com os dados veiculados nos meios de comunicações da Prefeitura, cerca de 928 famílias foram contempladas. No presente, são 931 famílias beneficiadas (agosto/2020) pelo Programa no município, um aumento significativo em relação aos dados do mês de fevereiro de 2020 (918 famílias).

A crise intensificou as condições de desemprego e miséria no país. Nos últimos meses, o IBGE registrou o aumento da fome no Brasil, que agora atinge 10,3 milhões²² de brasileiros. Vivencia-se uma avassaladora onda de violência, agravada pelos altos índices de desemprego, pela miséria e a fome, que atingem diretamente os sujeitos pesquisados e suas realidades sociais.

²² De acordo com o IBGE, 7,7 milhões vivem em perímetro urbano, enquanto 2,6 milhões vivem em regiões rurais. Todavia, proporcionalmente, esses números representavam, respectivamente, 23,3% do total da população que vivia em área urbana e 40,1% da população rural.

Diante das inquietações e dos antagonismos advindos da pesquisa, não se vê outro caminho para o enfrentamento da violência e da pobreza a não ser a construção de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração.

As questões elencadas e aprofundadas ao longo desta dissertação não objetivam trazer respostas conclusivas, mas sim servir de reflexão para novas propostas e possibilidades no debate acerca da violência em suas múltiplas facetas, especificamente a estrutural.

REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, Eveline. **Escola pública e pobreza no Brasil**: a ampliação para menos. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, 2009.

AZEVEDO, Sidney Rezendo. **Famílias beneficiárias do programa Bolsa-Família no Município de Várzea Paulista, SP**: (des)caminhos na garantia da proteção social e na busca da superação da extrema pobreza. 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2017.

BALNEÁRIO CAMBORIÚ. Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social. **Plano Municipal de Assistência Social 2018-2021**. Balneário Camboriú: SDIS, 2017. Mimeo.

BALNEÁRIO CAMBORIÚ. Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico. Mapa turístico de Balneário Camboriú. **Seturbc**, Balneário Camboriú, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3g9CFbX>. Acesso em: 20 set. 2019.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica do Serviço Social, v. 2).

BOULOS, Guilherme. A onda conservadora. *In*: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (org.). **A onda conservadora**: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2016. p. 29-31.

BRASIL. [Constituição (1934)]. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, p. 9253, 19 dez. 1935.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, p. 9253, 5 out. 1988.

BRASIL. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa-Família e dá outras providências. Brasília. **Diário Oficial da União**: Seção 1, p. 1, 12 jan. 2004a.

BRASIL. Poder Executivo. Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro 2003. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, p. 1, 21 out. 2003.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretária Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília: MDS, 2004b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social – Cras. 1. ed. – Brasília: MDS, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Creas. Brasília: Editora Brasil, 2011.

BRASIL. Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2014. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa-Família, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, p. 3, 20 set. 2014.

BRASIL. Decreto nº 9.396, de 30 de maio de 2018. Altera o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, e o Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, para reajustar valores referenciais de caracterização das situações de pobreza e de extrema pobreza e os de benefícios do Programa Bolsa-Família. **Diário Oficial da União**: Seção 1, p. 2, 1º jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Balanço Disque 100. **Governo Federal**, Brasília, 2019a. Disponível em: <https://bit.ly/37z2FcJ>. Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Relatórios de Informações Sociais (MDS/SAGI) – Balneário Camboriú. **MDS**, Brasília, 2019b. Disponível em: <https://bit.ly/39w3UvM>. Acessado em: 18/02/2020.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de; WALTER, Maria Inez Machado Telles; SANTANA, Cora Maria Bender de; STEPHANOU, Michelle Conceição. Percepções sobre o Programa Bolsa-Família na sociedade brasileira. **Revista Opinião Pública**, Campinas v. 15, n. 2, p. 333-355, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762009000200003>. Acesso em: 20 set. 2019.

CENSO Escolar Balneário Camboriú/SC. **QEDu**, [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.qedu.org.br/>. Acessado em: 18 mar. 2020.

CHAUÍ, Marilena. **Sobre a violência**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

COHN, Amélia; FONSECA, Ana. O Bolsa-Família e a questão social. **Revista Teoria e Debate**, [S. l.], n. 57, 2004. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/>. Acesso em: 20 set. 2019.

COSTA, Maricelly. **Violência no capitalismo**. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira Silva; RAICHELIS, Raquel. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil**: uma realidade em movimento. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução: B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.

EQUIPAMENTOS. **Aplicações MDS**, Brasília, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/37zGL9j>. Acesso em: 20 set. 2019.

FALEIROS, Vicente. Renda Mínima: uma avaliação. *In*: SPOSATI, Aldaíza (org.). **Renda Mínima e crise mundial**: saída ou agravamento? São Paulo: Editora Cortez, 1997. p. 11-24.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. 1. ed. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FONSECA, Franciele Fagundes; SENA, Ramony Kris R.; SANTOS, Rocky Lane A. dos; DIAS, Orlene Veloso; COSTA, Simone de Melo. As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção. **Revista Paulista de Pediatria**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 258-264, jun. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/36gercu>. Acesso em: 20 set. 2019.

FONTES, Virginia. Capitalismo, crises e conjuntura. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 130, p. 409-425, set./dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.116>. Acesso em: 20 set. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

HAYEK, Friedrich A. **Direito, legislação e liberdade**. São Paulo: Visão, 1985. v. 2.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2010.

IANNI, Octávio. **A ideia de Brasil Moderno**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS - IBGE. Editoria de Estatísticas Sociais. 10,3 milhões de pessoas moram em domicílios com insegurança alimentar grave. **Agência IBGE notícias**, Brasília, 17 set. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/37Fi0bK>. Acesso em: 20 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS - IBGE. Panorama da cidade de Balneário Camboriú. **IBGE**, Brasília, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/39osmzt>. Acesso em: 20 set. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS - IBGE. Síntese dos indicadores sociais referente a linha de pobreza e extrema pobreza. **IBGE**, Brasília, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3fJmKFT>. Acesso em: 20 set. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS DO ESTADO DO AMAPÁ – IPEA. **Atlas da Violência**. Rio de Janeiro: Ipea, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3ohPkwr>. Acesso em: 20 set. 2019.

LAVINAS, Lena. **Programas de garantia de Renda Mínima: perspectivas brasileiras**. Rio de Janeiro: Ipea, 1998. (Texto para Discussão nº 596).

LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de Africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. *In: NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE IDENTIDADE E RELAÇÕES INTERÉTNICAS. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação*. Florianópolis: UFSC, 1991. p. 5-42. (Col. Textos e debates, Ano 1, n. 1).

LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007.

- MARRACH, Sônia Aparecida. Neoliberalismo e Educação. *In*: GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo (org.). **Infância, educação e neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1996. p. 42-56. (Col. Questões da Nossa Época, n. 61).
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica a economia política. 2. ed. Tradução de: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 1. ed. Tradução de: Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MAZZEO, Antônio Calos. **Estado e Burguesia no Brasil**: origens da autocracia burguesa. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. O Estado Ampliado como ferramenta metodológica. **Marx e o Marxismo**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 28-43, jan./jul. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3mjfFcP>. Acesso em: 20 set. 2019.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes 1994.
- MONTEIRO, Doraliza Auxiliadora Abranches; FERREIRA, Marco Aurélio Marques; SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos. Fatores direcionadores da transferência de recursos em programas sociais no Brasil. **Revista Gestão**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 147-163, abr./jun. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3o00PIo>. Acesso em: 20 set. 2019.
- MOREIRA, Gustavo Carvalho; MATTOS, Leonardo Bornacki de; TEIXEIRA, Evandro Camargos; CUNHA, Dênis Antonio da. Programa Bolsa-Família e a violência doméstica contra a mulher no Brasil. **Revista Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 46, n. 4, p. 973-1002, 2016. ISSN 1980-5357. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-4161464977gled>. Acesso em: 20 set. 2019.
- NUNES, Antonio Jakeulmo; SALES, Magda Coeli Vitorino. Violência contra crianças no cenário brasileiro. **Ciências & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 871-880, mar. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015213.08182014>. Acesso em: 20 set. 2019.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2013.
- PACHECO, Joselito da Silva. **Direitos e políticas sociais**: da garantia à regulação punitiva da pobreza. 2013. 231 f. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- PACHUKANIS, Evguiéni B. **Teoria geral do direito e marxismo**. Tradução: Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2017.
- PAULO NETO, José. Uma face contemporânea da barbárie. **Revista Novos Rumos**, São Paulo, v. 50, n. 1, 2010. Não paginado. Disponível em: <https://bit.ly/37f10Od>. Acesso em: 20 set. 2019.
- PEREIRA, Potyara. A metamorfose da Questão Social e a reestruturação das políticas sociais. *In*: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL.

Capacitação em Serviço Social e Política Social: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília, DF: UnB, 2000. p. 45- 58.

PEREIRA, Potyara. **Necessidades humanas:** subsídios à crítica dos mínimos sociais. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PEREIRA, Potyara. **Política social:** temas & questões. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PIRES, André. Algumas reflexões sobre as condicionalidades em educação presentes no Programa Bolsa-Família. *In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO*, 35. 2012, Porto de Galinhas. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPED, 2012. p. 1-16. Disponível em: <https://bit.ly/3lj3xHe>. Acesso em: 20 set. 2019.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo:** colônia. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **Santa Catarina em Números:** Balneário Camboriú/Sebrae/SC. Florianópolis: Sebrae/SC, 2013. 132 p.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 427-446, jul./dez. 2005.

SPOSATI, Aldaíza. Sobre os Programas Brasileiros de Garantia de Renda Mínima – PGRM. *In: SPOSATI, Aldaíza (org.). Renda Mínima e Crise Mundial:* saída ou agravamento? São Paulo: Editora Cortez, 1997. p. 11-24.

SPOSATI, Aldaíza *et al.* A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TEIXEIRA, Solange Maria. Família na Política de Assistência Social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar. **Revista Política Pública**, São Luís, v. 13, n. 2, p. 255-264, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/39IFOUE>. Acesso em: 20 set. 2019.

THOMÉ, Débora. **O Bolsa-Família e a social-democracia.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Altas, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC. Análise de vulnerabilidade a desastre do Município de Balneário Camboriú. Coordenação Janaína Rocha Furtado. Florianópolis: UFSC, 2015. 108 p.

VAZ, Joana D’arc. Educação, Programa Bolsa-Família e alívio à pobreza: o cinismo instituído. 2013. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

VENCESLAU, Igor. **Cartografia do Estupro**. São Paulo: USP, 2020.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012. ISSN 0101-6628. <https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000200005>. Acesso em: 17 set. 2019.

APÊNDICE A – GUIA DE PERGUNTAS

Guia de perguntas

- 1) Formação profissional: _____.
- 2) Qual foi a motivação na escolha da sua formação?
- 3) Reside na comunidade onde trabalha?
- 4) Descreva sua trajetória profissional.
- 5) Há algum caso entre as famílias beneficiárias pelo Programa Bolsa-Família que tenha chamado mais atenção? Qual o motivo?
- 6) Recorda de algum caso de violência entre as famílias beneficiárias?
- 7) Quantos casos de violência você atende (aproximadamente)? Como é realizado o acompanhamento? Há alguma metodologia específica?
- 8) Qual a violência mais recorrente?
- 9) Qual caso chamou mais a sua atenção? Por qual o motivo?
- 10) Qual a sua avaliação do Programa Bolsa-Família?
- 11) Avalia que o Programa atua no combate à pobreza? E no enfrentamento da violência?
- 12) Em sua opinião, qual a contribuição do Programa na vida das crianças beneficiárias em relação à escolarização?
- 13) Em sua opinião, qual a contribuição do Programa na vida das crianças beneficiárias em relação ao acesso às políticas sociais?
- 14) Diante da sua trajetória profissional, considera importante o Programa? O que deu certo? Quais os limites?
- 15) Como avalia o Programa em relação às crianças em situação de violência?
- 16) Mais alguma coisa que gostaria de comentar?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a),

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa que integrará a Dissertação de Mestrado em Educação da mestranda Ana Laura Pacheco Alves, intitulada **As contribuições do Programa Bolsa-Família nas trajetórias de vida e de escolarização das crianças vítimas de violência**, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Soraya Franzoni Conde, que irá investigar como o Bolsa-Família contribui para as trajetórias de vida e de escolarização das crianças vítimas de violência atendidas na rede socioassistencial de Balneário Camboriú, SC. A presente pesquisa tem grande importância para a compreensão do Programa na relação entre capital e trabalho e enquanto expressão da luta de classes, além de propor reflexões acerca da violência macrossocial, perpetrada pelo sistema capitalista, que condena a classe trabalhadora a condições de exploração, miséria e violência.

1) PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA: Ao participar desta pesquisa, você estará contribuindo com o relato de suas experiências profissionais acerca das contribuições do Programa nas trajetórias de vida e de escolarização das crianças vítimas de violência atendidas na rede socioassistencial de Balneário Camboriú, SC. Lembro que a sua participação é voluntária, você tem a liberdade de não querer participar e pode desistir em qualquer momento, mesmo após ter iniciado a entrevista, sem nenhum prejuízo para você. A pesquisa tem como metodologia de coleta de dados a utilização de entrevistas, a partir de um guia de perguntas estruturado. A entrevista será previamente agendada em local, dia e horário acordados com os participantes.

2) RISCOS E DESCONFORTOS: O(s) procedimento(s) utilizado(s), ou seja, o de levantar situações e recordações do seu passado e do cotidiano poderá(ão) trazer algum desconforto, como choro, dor de cabeça e tonturas. O tipo de procedimento apresenta um risco médio, que será reduzido pelo acolhimento e pela interrupção momentânea ou definitiva da entrevista.

- 3) BENEFÍCIOS:** Os benefícios esperados com o estudo são no sentido de trazer à sociedade reflexões sobre as potencialidades e os limites do Bolsa-Família no enfrentamento da pobreza e da violência contra a criança, compreendendo suas contribuições para as trajetórias de vida e de escolarização desses sujeitos.
- 4) CONFIDENCIALIDADE:** Todas as informações que o(a) Sr.(a) nos fornecer serão utilizadas somente para esta pesquisa. Suas respostas, seus dados pessoais e sua imagem ficarão em segredo, e o seu nome não aparecerá nas gravações nem nos resultados apresentados.
- 5) ESCLARECIMENTOS:** Se tiver alguma dúvida a respeito da pesquisa e/ou dos métodos utilizados, você pode procurar a qualquer momento o pesquisador responsável.

Nome do pesquisador responsável: Ana Laura Pacheco Alves

Telefone para contato: (48) 9. 9151-1105

- 7) RESSARCIMENTO DAS DESPESAS:** Caso o(a) Sr.(a) aceite participar da pesquisa, não receberá nenhuma compensação financeira.
- 8) CONCORDÂNCIA NA PARTICIPAÇÃO:** Se o(a) Sr.(a) estiver de acordo em participar, deverá preencher e assinar o Termo de Consentimento Pós-Esclarecido, retendo uma cópia para si.

O **sujeito de pesquisa** ou seu representante legal, quando for o caso, deverá rubricar todas as folhas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assinando na última página do referido Termo.

O **pesquisador responsável** deverá, da mesma forma, rubricar todas as folhas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assinando na última página do referido Termo.

APÊNDICE C – CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO**CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO**

Pelo presente instrumento, que atende às exigências legais, o Sr.(a) _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, declara que, após leitura minuciosa do TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE), teve oportunidade de fazer pergunta e esclarecer dúvidas, que foram devidamente explicadas pela pesquisadora, ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetido e, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firma seu **CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO** em participar voluntariamente desta pesquisa.

E, por estar de acordo, assina o presente termo.

Balneário Camboriú, _____ de _____ de 2020.

Assinatura do participante

Ana Laura Pacheco Alves
Pesquisadora